



Eldorado
Brasil



Demonstrações
Financeiras
2019



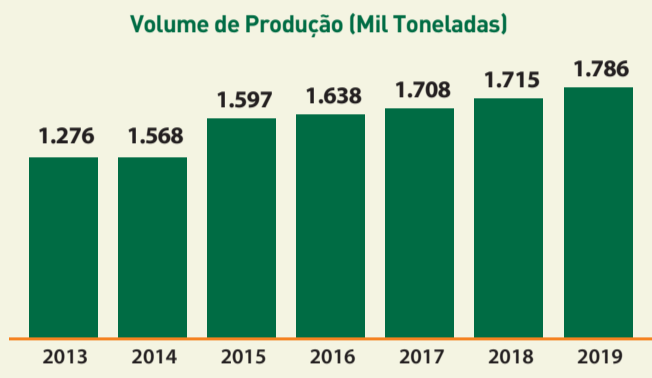
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

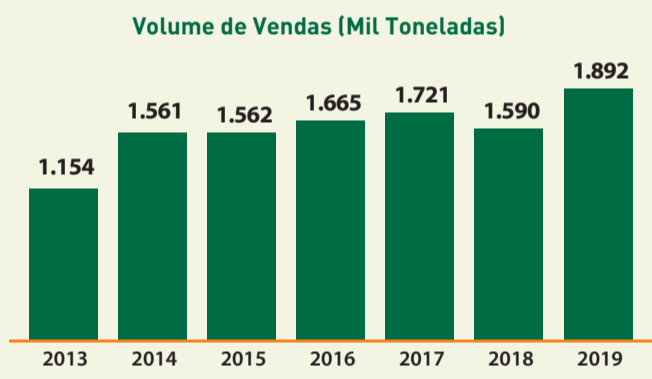
apresentamos, em linha com as determinações legais e estatutárias, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Eldorado" ou "Companhia"), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este relatório foi elaborado de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (padrão IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). O documento está de acordo com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e é acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração - 2019

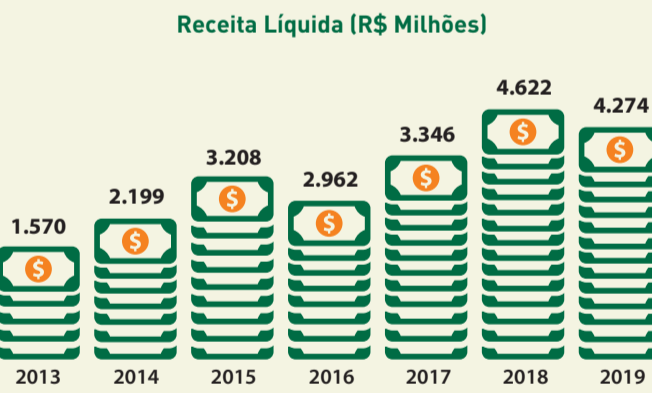
O desempenho da Eldorado em 2019 consolidou sua posição de referência na indústria global de celulose. A Companhia alcançou recordes de produção, de geração de energia e de volume de vendas que dificilmente poderiam ser previstos quando sua linha de produção foi inaugurada, em 2012. A manutenção e a conquista de certificações, a adesão a novos compromissos de transparência e integridade e a redução de 9% na dívida líquida contribuíram para demonstrar o fortalecimento da Eldorado em 2019, mesmo enfrentando condições adversas de mercado. A Companhia fechou o ano com 4.093 funcionários, sendo alocados em Mato Grosso do Sul, São Paulo, Mato Grosso e em nossas unidades internacionais. O EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês) encerrou o ano em R\$ 2.016 bilhões e margem de 47,2%, uma redução de 35% com relação ao ano anterior, devido principalmente à redução do preço da celulose em dólar de 24%. O lucro líquido no ano foi de R\$ 541 milhões, 34% inferior ao ano de 2018. A Companhia encerrou o ano com posição estável de seu caixa e disponibilidade de aproximadamente R\$ 900 milhões. Os resultados operacionais, assim como em anos anteriores, foram destaque em 2019. O volume de produção foi de 1.786 mil toneladas, resultado 4% superior ao registrado em 2018 e 19,1% superior à capacidade nominal da unidade industrial da Eldorado - 1,5 milhão de toneladas de celulose por ano, recorde para Companhia.



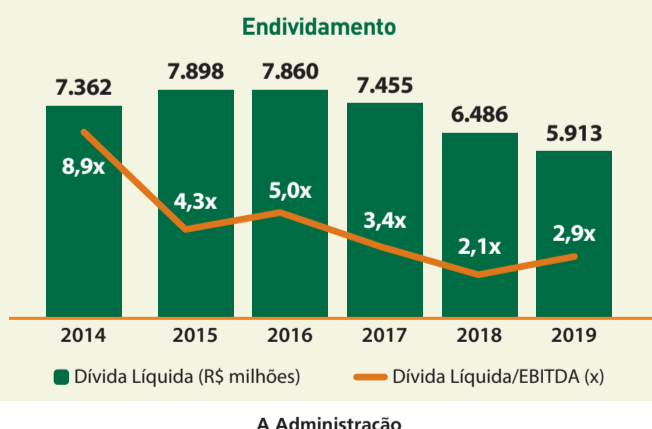
A Companhia apresentou significativo desempenho comercial em 2019, com volume de vendas de 1.892 mil toneladas de celulose, resultado 19% superior ao ano anterior, recorde para Companhia.



O faturamento bruto da Eldorado em 2019 foi de R\$ 5,2 bilhões, resultado 7% inferior ao realizado no ano anterior, devido principalmente à redução dos preços de celulose. A Eldorado alcançou em 2019 uma receita líquida de R\$ 4,3 bilhões, resultado 8% inferior ao registrado em 2018.



Quanto à distribuição das vendas, a Ásia foi o principal destino de exportação da Companhia, com 50,3% do volume de vendas totais, seguida por Europa - incluindo Oriente Médio e África (20,3%), América do Norte (15,3%) e América Latina - incluindo Brasil (14,1%). Os segmentos de papéis *tissue* (para conforto e higiene pessoal) e imprimir e escrever foram as principais aplicações para a celulose da Eldorado com 48% e 18% de participação das vendas. A Companhia continua com custo caixa de produção competitivo, finalizando 2019 com uma média de R\$/t 633 (US\$/t 160), 23% inferior à média brasileira (Fonte: *Hawkings Wright - Operating costs FOB mil - December/19*). Em relação ao resultado financeiro, a Eldorado continuou com sua estratégia de *liability management*, melhorando o perfil da dívida. O índice de Dívida Líquida/EBITDA fechou o ano em 2,93x em BRL e 2,89x para a medição em USD. A dívida líquida encerrou o ano em R\$ 5.913 milhões, 9% de redução em comparação ao ano anterior.



A Administração

Panorama do setor

Após o mercado de celulose ter atingido níveis de alta históricos de preço na primeira metade de 2018, devido à forte demanda vinda principalmente da China, incertezas no cenário macroeconômico deram início a um ciclo de queda da atividade econômica mundial, cujos efeitos sobre o mercado de celulose se estenderam pela maior parte de 2019, afetando a demanda global e os preços da celulose de mercado. Nesse cenário, China e Europa, as duas maiores regiões consumidoras de celulose de mercado, viram sua atividade industrial desacelerar durante o ano de 2019, afetando sua produção de papel e embalagens e, consequentemente, a demanda total de celulose. A queda da demanda no início de 2019 junto a uma elevada oferta de celulose, uma vez que em 2019 não houve restrições de produção como as que vinham limitando a oferta nos últimos anos, levaram ao desequilíbrio do balanço de oferta e demanda, com estoques mundiais atingindo níveis de alta históricos na primeira metade do ano. Esse desequilíbrio levou à queda dos preços de celulose BEKP a partir do 4T18, atingindo o mínimo desse ciclo de queda apenas no 4T19. Segundo o Índice PIX, o preço da celulose BEKP net na China encerra 2019 mais de US\$ 300/t abaixo do pico de 2018 e US\$ 196/t abaixo do preço final de Dezembro/18. Contudo, o mercado de celulose na Ásia, principalmente a China, apresentou uma recuperação no segundo semestre, intensificada no 4T19 por um processo de reestocagem de celulose por parte dos produtores de papel, incentivados pelas melhores margens (maior preço dos produtos de papel e menor preço de celulose) e por sinais de melhoria do cenário econômico, com a recuperação da atividade industrial chinesa e uma atenuação das tensões na guerra comercial Sino-Americana. A recuperação da demanda, aliada a uma maior disciplina de oferta por parte dos produtores de celulose, deu início à redução dos estoques no segundo semestre, permitindo a estabilização dos preços nos últimos dois meses de 2019, com o PIX BEKP net para a China estabilizando pouco abaixo de US\$460/t, encerrando o 4T19 apenas US\$13/t abaixo do preço final do 3T19. A recuperação chinesa contrapõe a desaceleração da economia europeia em 2019, região que apresentou uma queda de 9,2% na demanda anual por papel de Imprimir & Escrever em relação a 2018 (dado da PPPC para a Europa Ocidental). Nesse cenário, a demanda por celulose de eucalipto na Europa encerra 2019 cerca de 11% abaixo de 2018 (projeção PPPC). A demanda global reagiu chegando a um crescimento total em 2019 de 2,8% sobre 2018 (estimativa PPPC para celulose química de mercado). A celulose de eucalipto (BEKP) concluiu 2019 com uma demanda de 24,5 milhões de toneladas, apenas 0,3% abaixo do volume de 2018, devido à recuperação da demanda Chinesa, que cresceu +9,7% sobre o volume de 2018, segundo estimativas da PPPC. Os fundamentos da indústria devem se fortalecer de 2020 até 2022, uma vez que o crescimento da demanda deve superar o da capacidade, segundo projeções da PPPC, tornando o balanço entre oferta e demanda mais favorável aos produtores de celulose. Contudo, o início de 2020 vem apresentando um aumento das incertezas, devido principalmente à epidemia do Coronavírus na China, cujos efeitos reais sobre o mercado de papel e celulose ainda serão avaliados, mas já indicam um revés negativo nas perspectivas para os primeiros meses de 2020.

Informações relevantes do exercício de 2019

Industrial

A produção de celulose branqueada de eucalipto em 2019 foi de 1.786.220 toneladas, 19% acima da capacidade nominal de projeto da unidade - 1,5 milhão de toneladas. Em 2019, a Eldorado superou todos seus recordes de produção: trimestral (471.582 toneladas no terceiro trimestre), mensal (159.862 toneladas em maio) e diário (5.576 toneladas em 21 de setembro). A eficiência operacional da Eldorado pode ser medida através do máximo ritmo sustentável (MSR) sobre a média de produção onde em 2019 chegamos ao patamar de 96%, sendo considerada benchmark no setor de celulose. Boa parte deste aumento de eficiência vem das ações de inovação e tecnologia, entre elas o projeto fábrica autônoma, que utiliza os conceitos de indústria 4.0 e inteligência artificial. Outro ponto que reflete os investimentos em inovação é o indicador de custo caixa de produção, R\$/t 633 (US\$/t 154) em 2019, 22% inferior à média brasileira. A Eldorado tem como um dos seus pilares a "sustentabilidade", e desde o início de operação, vem melhorando seus indicadores ambientais. A cada ano, a Eldorado produz uma tonelada de celulose consumindo menos água, menos energia elétrica e menos produtos químicos, gerando menos efluentes. Um exemplo é a redução do consumo específico de água, chegando a 25,1 m³/tsa ante 34 m³/tsa do projeto. A parada geral é realizada a cada 15 meses, não houve esta atividade em 2019. No entanto, a gestão de ativos, através de um eficiente gerenciamento de riscos, confiabilidade e disponibilidade, garantiu a continuidade do ótimo funcionamento da planta. A Eldorado manteve seu selo HPR (Highly Protected Risk) oferecido pela seguradora FM-Global, prêmio este reconhecido por ser altamente protegida contra risco e tem o compromisso contínuo com a prevenção de Perdas Patrimoniais. A fábrica é autossuficiente em energia verde, produzida a partir de biomassa oriunda de materiais não aproveitados na produção de celulose (como lignina e resíduos da madeira). Em 2019, foram gerados 1.581 mil MWh de energia, dos quais 759 mil MWh foram consumidos pela própria planta, 452 mil MWh foram vendidos para os parceiros de insumos químicos localizados dentro do complexo industrial da Eldorado e 370 mil MWh foram destinados ao grid (sistema elétrico nacional), o que gerou uma receita de R\$ 91 milhões para a Companhia. A geração de 2019 foi 6,8% superior à de 2018.

Comercial

A Eldorado mantém como o principal direcionador da sua estratégia comercial o foco no contínuo desenvolvimento de um portfólio de clientes sólido e diversificado entre segmentos e regiões, bem como o estabelecimento de relacionamentos de longo prazo, de forma a garantir flexibilidade e limitar os efeitos de riscos relacionados a cada mercado e segmento. Segundo relatórios apresentados pela PPPC, o seguimento de *P&W* (Imprimir & Escrever) retraiu 6,1% em 2019 e deve apresentar uma contração de 3% por ano até 2023 (CAGR), com quedas mais acentuadas nas economias avançadas e potencial de crescimento restrito a alguns mercados emergentes, i.e, Índia e África. Por outro lado, a demanda por papéis *tissue* (Sanitários) deve crescer globalmente +3,1% em 2019 e +3,0% por ano em média até 2023, crescimento liderado pela China, cuja demanda deve apresentar crescimento acima de 5% ao ano até 2023. Assim, seguindo sua estratégia comercial, em 2019 a Eldorado aumentou a proporção em seu portfólio de volumes destinados aos mercados de maior perspectiva de crescimento, *tissue* e *packaging*. Estes segmentos variaram sua participação em relação às vendas de 2018 de 37,7% para 43,8% e de 14,1% para 21,2%, respectivamente. Em contrapartida, a participação das vendas para o segmento de *P&W* tiveram redução de 28,6% para 20% em 2019. Os mercados externos continuam sendo os principais destinos da celulose da empresa, contando com mais de 40 países em todos os continentes, sendo a Ásia ainda o principal destino de suas exportações, representando 50% das vendas de 2019. O ano de 2019 foi de recorde de vendas para a Companhia, com o maior volume registrado na história, totalizando 1.891,7 mil toneladas no período. O preço líquido médio em Dólar da celulose vendida pela Eldorado em 2019 foi de US\$/t 574, uma redução de US\$/t 176 ou 23,4% em relação a 2018, alinhado à queda dos preços internacionais da celulose que, de acordo com os Índices PIX finais de dezembro de 2019 e de 2018 para BEKP, caíram cerca de 30% (-US\$/t 196) na China e 34% (-US\$/t 346) na Europa.

Logística

A Companhia em 2019 manteve o seu foco na continuidade da implementação de seu plano para consolidar e fortalecer seus processos operacionais e estabelecer alternativas inovadoras na busca constante da produtividade operacional, redução de custo e atendimento ao cliente, bem como o treinamento e a preparação dos mais de 200 colaboradores da área. Para reforçar esta estratégia, neste ano foi implementada a área de Projetos e Processos Logísticos, que tem como principal objetivo liderar a implementação deste plano, potencializando o retorno do capital investido nos projetos da logística e trazer novas ferramentas para suportar o avanço da nossa busca pela excelência operacional, contemplando toda a operação desde Planejamento Integrado, o carregamento da celulose na linha de produção da fábrica até a entrega ao nosso cliente no Brasil ou Exterior. Em 2019 os principais destaques da área foram: a consolidação da ferramenta EldTruck, sistema automatizado através da web ou App onde é feita toda a gestão, contratação e acompanhamento da cadeia do transporte rodoviário; implantação da 1ª fase da Torre de Controle Logístico; demos início à implementação do Programa EWM, para Gestão Integrada de toda movimentação e estoques da Eldorado no Brasil e Exterior; estudos visando o retorno dos modais hidroviário e ferroviário.

Florestal

Em 2019, a área florestal manteve seu foco na sustentabilidade e competitividade da operação, contribuindo com matéria-prima de qualidade para a produção de celulose e

garantindo a estabilidade da produção fabril. A base florestal da Eldorado totalizou cerca de 369 mil hectares, sendo 229 mil hectares de áreas produtivas e 140 mil hectares de áreas de preservação, conservação e outros usos. A produção de madeira seguiu nos níveis de normalidade. Foram cerca de 6,16 milhões de metros cúbicos colhidos e 6,26 milhões de metros cúbicos transportados. Visando aumentar o nível de competitividade da operação de colheita, realizamos cerca de 29,4 mil horas de treinamento requalificando cerca de 381 colaboradores, entre mecânicos e operadores. Estes treinamentos contribuíram para aumentar em 9,8% a produtividade nas operações de corte e baldeio. A logística de madeira também atingiu novos patamares de competitividade com destaque para a redução da Relação Peso Volume (RPV) das cargas em 8,3%, significando transporte da madeira com menos água e consequentemente, menos peso. Este indicador nos permitiu aumentar o volume da caixa de carga dos caminhões (quantidade de madeira carregada por viagem) para 63,1 m³/viagem, um ganho de 7% frente ao melhor resultado até então. Estes ganhos refletiram diretamente na redução do consumo de combustível em 4,6%. Também é importante registrar a chegada de novas gruas de carregamento de madeira, que permitiram uma redução do consumo de combustível na ordem de 11,9% em relação aos equipamentos anteriores. Um grande destaque para 2019 foi a renovação de grande parte da nossa frota de máquinas e equipamentos. Foram adquiridos 580 novos equipamentos que garantiu a renovação de 90% da frota de carregamento da madeira, 40% da frota de colheita, 35% da frota de estradas, 20% da frota de silvicultura e 19% da frota de transporte. A área de Gestão de Ativos apresentou bons resultados com a regulação das curvas de Manutenção Preventiva versus corretivas, para os equipamentos de Silvicultura, Colheita e Infraestrutura, tendo esse feito reduzido em 52% as demandas de urgência de manutenção mecânica. Outro destaque da área, foi a implantação do SISMA (Sistema de Manutenção), que permitiu uma maior agilidade e qualidade na tomada de decisão, no planejamento, execução e controle das atividades de manutenção mecânica dos nossos ativos mecanizados. Este sistema colocou a Gestão de Ativos da Eldorado na era digital com todas as informações disponíveis de forma rápida e digital para todos os gestores. A silvicultura avançou na implementação de novas tecnologias embarcadas, utilizando sensoriamento remoto de suas máquinas e equipamentos em um projeto denominado Silvicultura Connectivity. Este projeto visa a melhoria de performance nas atividades de campo através da tecnologia embarcada nos equipamentos. Os resultados iniciais apresentaram grandes oportunidades de ganhos em termos de redução do consumo de combustível, aumento da eficiência operacional e redução do custo de reparos e manutenção dos equipamentos. Na mesma linha, a colheita avançou com o projeto Colheita Digital. Ao todo, 60% dos módulos de colheita receberam a nova tecnologia de apontamento eletrônico, telemetria e sensoriamento remoto das máquinas de corte e baldeio. Além da velocidade e qualidade na geração de informações, o sistema foi desenhado pensando nos gestores das operações, com possibilidade de gerar informação em tempo real, de maneira remota. A tecnologia também integra mapas digitais embarcados favorecendo a rotina da operação. A expectativa é a de que em 2020 seja concluída a implementação em 100% das máquinas e equipamentos já no primeiro trimestre, o que irá contribuir não só para melhoria dos indicadores operacionais, mas também para a redução dos custos com manutenção corretivas e outros. Em 2019 a área de Biomassa deu continuidade aos estudos para ajustar as operações de aproveitamento dos tocos de Eucalyptus para produção de energia, iniciados no ano anterior conjuntamente com a área de Planejamento e Inventário Florestal. Este estudo visou a análise do potencial dos tocos como fonte sustentável de energia, para o atendimento da demanda da termoeletrica Onça Pintada. No campo da Tecnologia Florestal um dos grandes destaques foi a inauguração do Laboratório de Multiplicação de Inimigos Naturais, produzindo inicialmente 3 espécies de parasitoides para o controle biológico de lagartas. Esta produção permitiu a sultura de indivíduos para o controle de pragas em equivalentes 2 mil ha/mês totalizando cerca de 26.657 hectares controlados biologicamente em 2019, reduzindo com isso a aplicação de defensivos químicos. Avançamos no monitoramento climático das nossas regiões de atuação. Ampliamos a nossa rede de estações meteorológicas e alcançamos 96% de cobertura das nossas áreas utilizando cerca de 20 estações. Isto permitiu a realização de uma modelagem ecofisiológica (adaptação funcionais dos organismos, diante das condições ambientais) para a definição com maior precisão das nossas unidades de manejo com intuito de obter a máxima produtividade dos nossos materiais genéticos nas diversas condições ambientais em distintas regiões. No âmbito da nutrição e manejo florestal, o ano de 2019 marcou o início dos trabalhos de classificação de solos em parceria com a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP-Ilha Solteira), com objetivo de aumentar a eficiência e assertividade do manejo nutricional e direcionar as melhores práticas sustentáveis para o cultivo florestal. Na área de melhoramento genético florestal tivemos várias iniciativas que contribuíram para o avanço do Programa de Pesquisa Florestal. Realizamos 262 cruzamentos híbridos de diferentes espécies e alcançamos cerca de 1953 materiais em Teste de Progenie Pura, 1333 materiais em Teste de Progenies Híbridas e 2540 materiais em Teste Clonal. Estas iniciativas irão avançar ainda mais os nossos ganhos genéticos em volume, em resistência ao vento, em densidade básica da madeira, em rendimento de celulose e resistência a pragas e doenças. Outro marco importante na Tecnologia Florestal foi o campo da Biotecnologia com o início do Programa de Poliploidia. Foram recebidas 36 mudas poliploides para manipulação no pomar de hibridação e disponibilização dos novos materiais para teste clonal. O objetivo desta pesquisa é a multiplicação cromossômica dos materiais genéticos para a obtenção de fibras mais longas e mais espessas, melhor qualidade da madeira e grande crescimento silvicultural. Na área do Planejamento Florestal tivemos grandes destaques, tais como o Monitoramento Via Satélite de Mato competição, possibilitando ganhos ao processo, com destaque para a maior velocidade na detecção de ocorrências, maior eficiência no controle, baixo custo operacional de monitoramento e aumento da produtividade da floresta em resposta a um menor tempo de reação para o controle das plantas invasoras.

Financeiro

A Companhia manteve seu compromisso com a redução do endividamento, reduzindo em 9% a dívida líquida em 2019, fechando o ano com alavancagem (dívida líquida/EBITDA) de 2,93x. Ao longo de 2019, a Companhia concluiu operações de novos financiamentos bilaterais de longo prazo no montante superior a US\$ 400 milhões (R\$ 1.600 milhões), possibilitando a negociação de liquidação antecipada de dívidas com custo elevado e covenants financeiros, sendo amortizado o valor total das ECAs (Export Credit Agencies) em 21/08/2019 e do FI-FGTS (Debêntures) junto à Caixa Econômica Federal em 27/11/2019. Adicionalmente, a Eldorado permaneceu focada em seu processo de liability management buscando melhorar o perfil da dívida. No lado da geração de caixa operacional, a Eldorado manteve iniciativas para maximizar a eficiência do capital de giro, buscando soluções de gestão junto às instituições financeiras, fornecedores e clientes. Ao final de 2019 a Companhia apresentou uma proporção de endividamento de longo prazo de 67% sobre a dívida total.

Endividamento (BRL/MM)	31/12/2019
Moeda Nacional	1.188
Curto Prazo	178
Longo Prazo	1.010
Moeda Estrangeira	5.625
Curto Prazo	2.073
Longo Prazo	3.552
Dívida Bruta Total	6.812
(-) Caixa	899
(-) MTM Derivativos	-
Dívida Líquida	5.913

Governança Corporativa

Em linha com as melhores práticas de mercado, a estrutura de Governança Corporativa da Eldorado é formada pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitês de Assessoramento. A Eldorado adota diversas providências para atendimento ao artigo 42, do Decreto 8.420/2015, as quais compõem seu programa de integridade listado adiante. Além disso, apesar de não ser uma Companhia listada na B3, é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como Companhia aberta, categoria B, e segue padrões de Governança Corporativa determinados para empresas integrantes do Novo Mercado: • Capital Social da Companhia formado exclusivamente por ações ordinárias, sendo vedada a emissão de ações preferenciais, conforme disposto no estatuto social. • Previsão estatutária que contempla cláusula compromissória dispondo que a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada ao Estatuto Social, à Lei das Sociedades Anônimas e demais normas societárias e do mercado de capitais aplicáveis. **Acordo de Leniência e Investigação Interna:** Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), na qualidade de controladora das empresas pertencentes

Por que a Eldorado Brasil se destaca e se consolida cada vez mais no mercado global de celulose

Receita Líquida **4,3** Bilhões Resultado 8% inferior ao ano anterior

Capacidade de Produção **1,7** Milhão de toneladas por ano

Volume de Vendas **1.892** MIL DE TONELADAS DE CELULOSE

EBITDA de R\$ 2.016 Bilhões, redução de 35% com relação ao ano anterior e margem EBITDA de 47,2%.
Volume de Produção de 1.786 mil de toneladas, resultado 0,4% superior ao registrado em 2019.
Lucro Líquido de R\$ 541 Milhões, 34% inferior ao de 2018

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ao “Grupo J&F”, do qual a Companhia faz parte, assumiram algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República (“PGR”), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento, em todo o país, das investigações em torno de eventos contrários à lei. Em 05 de junho de 2017 a J&F celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal (“MPF”), homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017, ao qual a Companhia aderiu em 21 de setembro de 2017 (“Acordo”). No Acordo, a J&F comprometeu-se, em seu nome e em nome das empresas por ela controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, a realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados. Adicionalmente, a J&F comprometeu-se a reparar danos e prejuízos decorrentes dos fatos relacionados no âmbito dos Acordos de Colaboração Premiada, mediante o pagamento de R\$10,3 bilhões ao longo de 25 anos com vencimento a partir de dezembro de 2017. As investigações internas independentes na J&F ainda estão em andamento. A J&F, se comprometeu também (i) a implementar medidas que impeçam a prática de atos ilícitos, corrupção e suborno realizando o aprimoramento e implantação de programas de integridade; (ii) a cooperar e colaborar efetivamente com as investigações oficiais, mediante a realização de uma ampla investigação interna que deverá obedecer as boas práticas internacionais, com o fim de apurar os fatos já levados de boa-fé a conhecimento das autoridades, bem como; (iii) a reparar os danos decorrentes dos atos confessados e descritos no respectivo Acordo. Nos termos da Cláusula 15, XX, do Acordo, é obrigação da J&F conduzir investigação interna, seguindo boas práticas internacionais, com o escopo de verificar e corroborar os fatos ilícitos descritos no Acordo e ainda, identificar eventual existência de documentos ou elementos probatórios adicionais de corroboração dos fatos narrados no Acordo. Diante da tal obrigação, e em decorrência da adesão da Companhia ao Acordo, foi conduzida investigação interna na Companhia pelo escritório de advocacia Barros Pimentel, Alcântara Gil e Rodriguez Advogados (“BP”), tendo este designado a empresa PricewaterhouseCoopers Contadores Públicos Ltda. (“PwC”) e, em conjunto com BP, “Equipe de Investigação”) para prestar serviços forenses especializados de coleta, hosting, processamento e análise de dados necessários a uma investigação dessa natureza (“Investigação Interna”). Os trabalhos de investigação foram finalizados pela Equipe de Investigação, com emissão de relatórios entregues pela Equipe de Investigação ao Comitê de Supervisão Independente constituído para acompanhar a Investigação Interna e prestar esclarecimentos diretamente ao MPF. A Equipe de Investigação não encontrou qualquer fato novo, que já não constasse nos anexos do Acordo, tendo a Companhia e o auditor independente, portanto, concluído pela inexistência de novos fatos relacionados ao Acordo com potencial de impactarem as informações contábeis da Companhia.

Contrato de Compra e Venda de Ações

Em 02 de setembro de 2017, a J&F, controladora da Companhia, celebrou um contrato de compra e venda de ações para a alienação de até a totalidade de sua participação acionária, direta e indireta, na Companhia, para a CA Investment (Brazil) S.A., sociedade do grupo Paper Excellence (“CA Investment”), pelo valor total da Companhia de R\$15 bilhões, a ser ajustado de acordo com capital de giro e dívida líquida, nos termos do contrato (“Contrato”). O Contrato previa que a transferência do controle da Eldorado, da J&F a CA, poderia ocorrer durante o prazo de até 12 (doze) meses, caso determinadas condições precedentes fossem cumpridas. Essas condições não foram cumpridas e a transferência do controle não ocorreu dentro do prazo previsto no contrato, sendo que a J&F exerceu seu direito de extinguir o Contrato. As partes controvérsam sobre as razões da não realização da transferência do controle da Eldorado conforme previsto no Contrato, tendo sido iniciada disputa judicial e arbitral no segundo semestre de 2018. Em novembro de 2018, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decidiu (i) suspender os efeitos da extinção do Contrato; e (ii) confirmar decisão de primeira instância segundo a qual (ii.a) a J&F não deve alienar a terceiros as ações da Eldorado de sua titularidade e

(ii.b) as partes devem cumprir determinada cláusula do Contrato que regula aspectos da gestão dos negócios da Eldorado, em ambos os casos até posterior decisão na arbitragem. Em março de 2019, após a constituição do tribunal arbitral competente para julgar o litígio, foram extintas as demandas judiciais relacionadas ao Contrato. No curso da arbitragem, o tribunal arbitral confirmou as referidas decisões do Poder Judiciário e também ampliou o rol de matérias que devem ser aprovadas de forma consensual pelos acionistas, abrangendo matérias significativas que extrapolam o curso normal dos negócios da Eldorado. A resolução final dos conflitos entre os acionistas da Companhia será definida no curso da arbitragem, em data ainda indefinida, pelo tribunal arbitral antes referido. A arbitragem tramita em sigilo. Atualmente a composição acionária da Companhia é composta por 49,41% de participação da CA Investment e de 50,59% de participação acionária da J&F, únicos acionistas da Eldorado, permanecendo a J&F como controladora da Companhia.

Compliance

A Companhia investiu em diversas ações de *compliance* em 2019, reforçando seu compromisso de atuação em conformidade com as regras e normas aplicáveis a sua atividade. Ao longo do ano, a Companhia se preocupou em estimular a interlocução entre colaboradores e as respectivas lideranças, o que resultou em um ambiente de trabalho de maior confiança e transparência. A Companhia aprimorou seu Programa de *Compliance*, com foco em ações para prevenir, detectar e corrigir eventuais irregularidades no âmbito da Companhia, bem como em ações para fomentar os valores e a cultura de ética, integridade, conformidade e transparência nos negócios da Eldorado Brasil. A Ernst & Young, renomada empresa de auditoria externa independente, foi contratada para assessorar na análise de riscos de integridade e no diagnóstico das funções de *compliance* a serem aprimoradas pela Companhia. Além de atualizar o Código de Conduta e o canal de denúncias (Linha Ética Eldorado Brasil), a Companhia realizou treinamentos de *compliance* com foco em todos os seus colaboradores, criou políticas e procedimentos internos específicos e realizou campanhas de comunicação interna para reforçar constantemente a postura que a alta administração espera de todos os colaboradores. Em 2019, o treinamento de *compliance* contou com a participação de mais de 3.700 empregados e teve como principal objetivo capacitar o colaborador a identificar desvios de conduta e reforçar os meios disponibilizados pela Eldorado Brasil para prevenção, detecção e correção de irregularidades. Ao final de 2019, a Companhia aderiu a compromissos de transparência e integridade do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, reforçando novamente seu comprometimento com a ética e a integridade. A Companhia se tornou signatária do Movimento Empresarial pela Integridade e Transparência e do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, e implementou ações que visam angariar o comprometimento do setor privado brasileiro em promover um ambiente de negócios socialmente responsável e sustentável. • Código de Conduta, amplamente divulgado a colaboradores, fornecedores, clientes, e aplicável a todos os colaboradores, conselheiros, membros de comitês, membros da diretoria e terceiros envolvidos nas atividades da Companhia. O Código traz uma seção específica que estabelece sanções em caso de não cumprimento ou violação de condutas consideradas como não aceitáveis. O Código também prevê canais de comunicação para recebimento de sugestões, dúvidas ou denúncias através de telefone ou e-mail. • Linha Ética, ferramenta pela qual podem ser comunicadas à Companhia eventuais infrações ao Código de Conduta, às políticas internas e à legislação vigente. Além de denúncias de irregularidades, a Linha Ética também pode ser acessada para reclamações, sugestões, dúvidas e elogios. Todos os chamados serão direcionados e tratados internamente por uma equipe autônoma e imparcial, sempre com confidencialidade e sigilo profissional. • Comitê de Ética, com reuniões periódicas para avaliar as denúncias recebidas pelo canal de denúncias - Linha Ética Eldorado Brasil. • Diretrizes para relacionamento com órgãos públicos - Qualquer relacionamento com representantes de órgãos públicos, deve ser feito de forma transparente, observando-se os princípios éticos estabelecidos em seu Código de Conduta e na Política Anticorrupção

da Companhia, destacando-se a não permissão de qualquer forma de concessão de vantagens e privilégios a agentes públicos em razão de sua função.

Sustentabilidade

Ao longo de 2019, a Eldorado manteve sua estratégia de crescimento e geração de valor alicerçada nos seus quatro direcionadores: competitividade, inovação, sustentabilidade e valorização das pessoas. Como trabalhamos em um setor que envolve diretamente o meio ambiente e recursos naturais, a sustentabilidade é um pilar fundamental do negócio e permeia todas as ações da companhia. A empresa obteve excelente resultado nas auditorias externas de manutenção das certificações florestais FSC® e CERFLOR® que são geridas com técnicas de referência em manejo responsável, obtendo 99,9% de atendimento aos requisitos auditados, assim como um excelente resultado nas auditorias socioambientais periódicas, feitas pela empresa Environmental Resources Management (ERM) para atendimento a obrigações de parte de seus contratos de financiamento. Garantimos a manutenção dos certificados HALLAL, que garante que nossos procedimentos e processo produtivo está de acordo com as regras dos países seguidores do Islã, e conquistamos a certificação KOSHER, que atesta que nosso produto fabricado obedece às normas específicas que regem a dieta judaica ortodoxa. Esse selo é mundialmente reconhecido e atribuído como sinônimo de controle máximo de qualidade. Mantivemos ainda a manutenção do selo Highly Protected Risks (selo HPR), emitida pela resseguradora FM Global em reconhecimento ao alto padrão de qualidade da gestão de risco da operação. Trata-se de uma confirmação do cumprimento de rígidos controles de segurança nos ativos da companhia, garantindo segurança à operação e aos clientes, além de atestar a confiabilidade das instalações da Eldorado. Neste mesmo período a empresa divulgou seu 6º Relatório de Sustentabilidade - ano base 2018, de acordo com a metodologia Standards da Global Reporting Initiative (GRI-4), e publicou seu 6º inventário completo de Gases de Efeito Estufa, aplicando a metodologia do padrão GHG Protocol, reafirmando o compromisso com a responsabilidade social e ambiental. A empresa se tornou signatária da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, o movimento multisetorial é o mais importante do país quanto ao desenvolvimento sustentável no agronegócio, com o objetivo de defender políticas e incentivos à economia de baixo carbono, por meio da redução de emissões de gases do efeito estufa. Aos stakeholders locais foram apresentados os resultados dos monitoramentos ambientais das atividades da companhia em reunião técnica, demonstrando a performance ambiental de nossas operações, de forma transparente. Além disso, foi distribuído o Resumo Público do Plano de Manejo Florestal 2019 e foram realizadas mais de 200 reuniões com partes interessadas, proporcionando uma sustentabilidade compartilhada entre companhia, sociedade e comunidades locais. A empresa obteve no final do ano a nova Licença de Operação da fábrica contemplando um aumento na capacidade produtiva da planta, sendo de 1.830.508 ton/ano. Seguimos em ritmo forte na instalação de uma nova UTE - Usina Termoeletrica Onça Pintada, em Três Lagoas (MS). Essa energia será gerada a partir de restos florestais, como raízes, tocos e demais subprodutos do eucalipto que não resultam em celulose, fazendo um maior aproveitamento da árvore, gerando energia limpa, proveniente 100% de fonte renovável, alinhada com a proposta de geração de valor conectada a responsabilidade socioambiental.

Considerações Finais

Agradecemos aos nossos clientes pela parceria e confiança, aos nossos fornecedores, parceiros e arrendatários, e aos nossos colaboradores, sempre obstinados e comprometidos com o objetivo de colocar a Eldorado Brasil como a empresa mais competitiva do setor.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	520.504	310.419	840.010	610.591
Contas a receber de clientes	6	448.727	1.238.398	509.269	651.016
Estoques	8	326.512	368.265	521.010	654.030
tributos a recuperar	9	207.691	220.012	210.200	220.492
Adiantamentos a fornecedores	10	63.224	12.364	65.411	12.423
Créditos com partes relacionadas	7	–	3.268	–	9
Outros ativos circulantes		30.316	43.602	30.855	44.080
		1.596.974	2.196.328	2.176.755	2.192.641
Não circulante					
Aplicações financeiras	5.2	–	160.621	59.482	217.802
Tributos a recuperar	9	1.049.860	1.039.931	1.049.860	1.039.944
Adiantamentos a fornecedores	10	126.197	97.152	126.197	97.152
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	50.818	37.368	50.818	37.368
Depósitos, cauções e outros		5.518	5.656	5.991	6.039
Outros ativos não circulantes		15.086	14.943	15.086	14.947
		1.247.479	1.355.671	1.307.434	1.413.252
Ativos biológicos	11	2.745.146	2.668.744	2.745.146	2.668.744
Investimentos	12	670.942	104.018	–	–
Imobilizado	13	4.465.099	4.306.058	4.476.758	4.314.798
Intangível	14	3.732	5.782	73.248	82.136
Direitos de uso	15	614.583	–	617.694	–
		9.746.981	8.440.273	9.220.280	8.478.930
Total do ativo		11.343.955	10.636.601	11.397.035	10.671.571

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Receita líquida	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos produtos vendidos	23	3.236.018	4.387.209	4.270.699	4.622.087
Lucro bruto	25	(1.724.871)	(1.688.880)	(1.852.813)	(1.657.848)
Recargas/(despesas) operacionais		1.511.147	2.698.329	2.417.886	2.964.239
Administrativas e gerais	25	(172.947)	(130.331)	(186.479)	(140.198)
Com vendas e logística	25	(247.206)	(208.714)	(527.656)	(455.760)
Valor justo do ativo biológico	11	(81.663)	276.420	(81.663)	276.420
Resultado de equivalência patrimonial	12	581.757	(4.444)	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(12.312)	72.942	(13.896)	68.996
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras e impostos		1.578.776	2.704.202	1.608.192	2.713.697
Resultado financeiro líquido	26				
Despesas financeiras		(963.150)	(815.101)	(977.160)	(821.025)
Receitas financeiras		50.229	27.792	54.395	29.729
Varição cambial, líquida		(137.983)	(747.579)	(138.313)	(98.057)
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e contribuição social		527.872	1.169.314	547.114	1.174.344
Imposto de renda e contribuição social	20				
Correntes		–	242	(19.242)	(4.772)
Diferidos		13.449	(353.676)	13.449	(353.692)
Lucro líquido do exercício		541.321	815.880	541.321	815.880
Lucro líquido por ação		0,35	0,53	0,35	0,53

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Varição cambial sobre investimentos	541.321	815.880	541.321	815.880
Total do resultado abrangente	564.628	861.410	564.628	861.410

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Receitas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.383.819	4.510.692	4.419.899	4.746.984
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(100.650)	252.615	(101.998)	248.698
Transferências relativas à construção de ativos próprios	22.262	8.451	22.262	8.451
3.305.431	4.771.758	4.340.163	5.004.133	

Insumos adquiridos de terceiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custos dos produtos vendidos, materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.271.178)	(1.118.067)	(1.642.928)	(1.353.939)
Valor adicionado bruto	2.034.253	3.653.691	2.697.235	3.650.194
Depreciação, amortização e exaustão	(377.310)	(427.997)	(407.408)	(400.624)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.656.943	3.225.694	2.289.827	3.249.570

Valor adicionado recebido em transferência	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Equivalência patrimonial	581.757	(4.444)	–	–
Receitas financeiras	114.996	27.792	241.716	29.729
Valor adicionado total a distribuir	2.353.696	3.249.042	2.531.543	3.279.299

Distribuição do valor adicionado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal				
Remuneração direta	202.540	211.904	212.534	220.412
Benefícios	118.204	115.435	123.831	120.206
FGTS	21.419	21.321	22.508	22.249
	342.163	348.660	358.873	362.867

Impostos, taxas e contribuições	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Federais	118.926	455.863	139.916	462.318
Estaduais	80.433	(34.304)	80.618	(34.276)
Municipais	–	–	1.419	1.415
	199.359	421.559	221.953	429.457

Remuneração de capitais de terceiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Juros	1.159.662	785.007	1.278.027	774.775
Aluguéis	108.316	102.651	109.975	104.401
Outras	2.875	775.285	21.394	791.919
	1.270.853	1.662.943	1.409.396	1.671.095

Remuneração de capitais próprios	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	541.321	815.880	541.321	815.880
Valor adicionado total distribuído	2.353.696	3.249.042	2.531.543	3.279.299

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	527.872	1.169.314	547.114	1.174.344
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	231.044	242.745	255.496	232.829
Exaustão	145.087	184.073	150.733	166.616
Amortização de mais valia	1.179	1.179	1.179	1.179
Valor residual de bens baixados do ativo imobilizado	2.144	132.664	2.144	132.664
Valor justo do ativo biológico	81.663	(276.420)	81.663	(276.420)
Encargos financeiros - juros e variação cambial	637.242	1.262.390	841.721	1.641.659
Encargos financeiros - juros e variação cambial - partes relacionadas	209.821	389.747	(244)	(2.382)
Provisão para riscos processuais	14.884	6.475	14.884	6.475



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Companhia" ou "Eldorado") é uma sociedade por ações de capital aberto, cujo registro perante a CVM foi obtido em 06 de junho de 2012 na categoria de valores mobiliários negociados em balcão (categoria B), constituída sob as leis brasileiras com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo (Brasil). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 abrangem a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas têm como principal objeto social a produção e comercialização de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia. A Companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas (MS) e iniciou suas operações em dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2019, a capacidade de produção anual da Eldorado é de cerca de 1,8 milhão de toneladas de celulose branqueada de eucalipto. A madeira que usamos para produzir celulose é 98,6% proveniente do estado de Mato Grosso do Sul e o restante do estado do Mato Grosso, uma área climática e topograficamente bem adaptada para o crescimento de eucaliptos. A Companhia apresenta passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$ 1.210.823 na Controladora e passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$ 682.123 no Consolidado. A Companhia concluiu operações de novos financiamentos bilaterais de longo prazo no montante superior a US\$ 400 milhões, possibilitando a negociação de liquidação antecipada de dívidas com custo elevado e covenants financeiros, sendo amortizado o valor total das ECAs (Export Credit Agencies) em 28 de agosto de 2019 e do FI-FGTS (Debêntures) junto à Caixa Econômica Federal em 27 de novembro de 2019. A Eldorado permanece focada em seu processo de liability management visando a redução de sua alavancagem. Assim que haja a acomodação de certas condições políticas e de mercado, a Companhia pretende buscar novas formas de financiamento de longo prazo de forma a readequar a estrutura de capital de terceiros entre curto e longo prazo. A Companhia aproveita a posição atrativa de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (no montante de R\$ 520.504 na Controladora e R\$ 840.010 no Consolidado) para manter o contínuo processo de desalavancagem. As ações de liability management somadas à eficiência operacional da Companhia têm por objetivo permitir que a Eldorado aumente seus índices de liquidez e consequentemente o capital circulante líquido.

2. RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS

Subsidiárias	País	Participação acionária	
		31/12/2019	31/12/2018
Cellulose Eldorado Austria GmbH	Áustria	100%	100%
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	100%	100%
Controlada indireta			
Eldorado USA Inc.	Estados Unidos	100%	100%
Eldorado Intl. Finance GmbH	Áustria	100%	100%
Cellulose Eldorado Ásia	China	100%	100%

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Após apreciação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 30 de março de 2020, as mesmas foram aprovadas para emissão pela Companhia. **b. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: **i.** Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; **ii.** Os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado; **iii.** Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo são reconhecidos no resultado na rubrica valor justo do ativo biológico. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas CPC, exige que a Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, sendo tais revisões decorrentes do exercício em que as mesmas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa: **• Nota explicativa nº 31 - contratos de take or pay; (ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 8 - provisão para perdas no estoque; • Nota explicativa nº 11 - ativos biológicos; • Nota explicativa nº 13 - teste de redução ao valor recuperável; • Nota explicativa nº 18 - arrendamentos a pagar; • Nota explicativa nº 20 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Nota explicativa nº 21 - reconhecimento e mensuração de provisões e riscos processuais; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. d. Mensuração do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 11 - ativos biológicos; • Nota explicativa nº 18 - arrendamentos a pagar; • Nota explicativa nº 30 - instrumentos financeiros. e. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em relação às suas operações mercantis, as operações são realizadas nas moedas correntes de cada jurisdição. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente aos períodos apresentados. **a. Base de consolidação: (i) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a mesma. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o mesmo deixa de existir. **(ii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas, são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. **b. Receita:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. As receitas são mensuradas líquidas de impostos sobre vendas, devoluções, descontos comerciais e abatimentos. Em conformidade com o Pronunciamento nº 47 (Receita de Contratos com Clientes) IFRS 15, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando: **•** O valor da receita pode ser mensurado com segurança; **•** A Companhia e suas controladas tenham transferido para o comprador o controle do bem, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber; E provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas; **•** As despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas. **c. Moeda funcional e de apresentação: (i) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **(ii) Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para reais (R\$) às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para reais (R\$) às taxas de câmbio apuradas nos respectivos períodos das transações. As diferenças de moedas estrangeiras (moeda funcional das controladas estrangeiras) geradas na conversão para moeda de apresentação (Real) - são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas na rubrica "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido. **d. Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis emitidos na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação em que a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa de ativo expiram, ou transfere os direitos de receber o fluxo de caixa contratual em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos, ou não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não mantém o controle sobre o ativo transferido. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. **• Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **• Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo são itens do balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa de liquidez imediata, com vencimento médio de três meses ou menos a contar da data do investimento, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **• Empréstimos e recebíveis:** Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através dos juros efetivos. **• Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo menos quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Os ativos financeiros não classificados como valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, descontado na taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas na conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há perspectiva realista de recuperação do ativo, o montante em causa é baixado. Se o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir posteriormente e puder ser objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da redução ao valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado. **• Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as suas variações são reconhecidas no resultado. **• Capital social:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O custo de madeira transferida de ativos biológicos é mensurado pelo custo e pela valorização apurados na data do corte. **f. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou na baixa de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os encargos financeiros de empréstimos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base em uma taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas. **Depreciação:** A depreciação é calculada com base no valor residual utilizando o método linear, ao longo da vida útil estimada de cada ativo e é geralmente reconhecida no resultado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Seguem taxas anuais de depreciação:

Taxas ponderadas de depreciação anual:	31/12/2019	31/12/2018
Prédios e edificações	3,58%	3,68%
Instalações e benfeitorias	5,67%	5,53%
Móveis e utensílios	9,44%	9,29%
Veículos	20,59%	21,39%
Instrumentos técnico-científicos	11,56%	10,93%
Equipamentos de informática	19,81%	19,89%
Máquinas e equipamentos	6,49%	6,40%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	7,48%	7,48%
Embarcações e estruturas flutuantes	20,00%	20,00%
Matrizes de eucalipto	20,00%	20,00%

g. Ativo biológico: Os ativos biológicos consistem de florestas de eucalipto de plantio renováveis para a produção de celulose utilizada na fabricação de papel. Estes ativos são mensurados ao seu valor justo menos o custo de venda - cujo impacto reflete na demonstração de resultado do exercício. A exaustão é mensurada com base na quantidade de madeira colhida em relação a projetada das florestas. **h. Intangível: (i) Outros ativos intangíveis:** Outros intangíveis, incluindo concessão do terminal, *software* e mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária (diferença entre valores contábeis e o valor justo apurado à época da negociação), adquiridos pela Companhia tem vida útil definida e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por *impairment* acumulados. **(ii) Amortização:** A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2019	2018
<i>Software</i>	5 anos	4 anos
Apreciação do direito de uso da concessão de movimento portuário	14 anos	14 anos
Concessão terminal	14 anos	14 anos

i. Redução ao valor recuperável: Ao fim de cada exercício, o valor contábil para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável é revisado. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado. Para os testes de *impairment*, os ativos são agrupados juntos no menor ativo do grupo, que gera entradas de caixa do uso que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. O valor em uso é baseado nos fluxos de caixa futuros, descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo ou UGC. Uma perda por *impairment* é reconhecida se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável. As perdas por *impairment* são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. Uma perda por *impairment* em relação a ágio não é revertida. Para outros ativos, uma perda por *impairment* é revertida somente na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida. **j. Fornecedores:** Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia e suas controladas. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida como passivo, quando são obrigações presentes que possam ser estimadas de maneira confiável, e é mais provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **l. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação. **m. Imposto de renda e contribuição social:** O resultado com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para Imposto de Renda (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social (CSLL), limitada a 30% do lucro tributável anual. **(i) Impostos correntes:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a compensar esperado sobre lucro ou prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. É calculado com base nas alíquotas fiscais decretadas na data de apresentação. **(ii) Impostos diferidos:** O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as diferenças temporárias a seguir: **•** O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete a contabilidade, tampouco o lucro ou o prejuízo tributável; **•** Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (*joint venture*) na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão e é provável que elas não revertam num futuro previsível; **•** Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos por prejuízos fiscais, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis.

n. Benefícios a empregados: Plano de previdência privada de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de Previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os empregados prestam serviços. **o. Arrendamento mercantil: (i) Direito de uso do ativo de arrendamento mercantil - nota explicativa nº 15:** A Companhia e suas controladas adotaram o pronunciamento IFRS 16/CPC 6 (R2) - Operações de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Companhia e de suas controladas, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável. Na data da adoção inicial, a Companhia e suas controladas utilizaram a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento mercantil ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento mercantil a pagar a partir de 1º de janeiro de 2019, sem qualquer atualização das informações comparativas. A depreciação do direito de uso é calculada com base no prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil com vigência inferior a doze meses e ativo identificável com valor de mercado inferior a vinte mil reais não foram enquadrados no IFRS 16. **(ii) Provisão com arrendamento mercantil - nota explicativa nº 18:** Na data de início, a mensuração do passivo provisão com arrendamento mercantil foi calculada com base no valor presente dos pagamentos fixos do arrendamento que não foram efetuados até essa data. Os valores das parcelas a pagar foram descontados pela taxa incremental sobre empréstimo (taxa de desconto), acrescidos de outras obrigações contratuais previstas nos contratos de arrendamento ajustados ao valor presente. A Companhia e suas controladas optaram por definir uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares, considerando como critério para definição da taxa de desconto os custos financeiros dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos similares. A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento mercantil dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, está entre 9,5% e 12,44%, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. O valor do ajuste ao valor presente será apropriado mensalmente como juros financeiros no resultado do exercício. **(iii) Contratos de take or pay:** Os pagamentos para os demais arrendamentos operacionais (*take or pay*) são reconhecidos no estoque pela aquisição dos produtos químicos e posteriormente aloçados ao custo da celulose no processo fabril, conforme nota explicativa nº 31. **p. ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre tratamentos de impostos sobre o lucro:** A interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A incerteza deve ser refletida na mensuração para fornecer a melhor previsão da resolução da incerteza, baseando-se na abordagem do (i) valor mais provável ou (ii) do valor esperado. A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa alteração. **q. Novas normas, revisões e interpretações ainda não adotadas:** Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **r. Demonstração do valor adicionado ("DVA")** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações financeiras, e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **s. Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. A Administração da Companhia definiu três segmentos: celulose, energia e outros com base nos relatórios utilizados pelo Conselho para tomar decisões estratégicas e operacionais. O resumo a seguir descreve as operações de cada um dos segmentos, cujas metas de desempenho para fins de avaliação, são definidas e controladas:

Segmentos reportáveis	Operações
Energia	Geração e venda de energia.
Celulose	Cultivo e gerenciamento de recursos florestais, compra de madeira e fabricação de celulose.
Outros	Venda de cavaco, sucata e resíduos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	32	23	35	26
Bancos - depósitos à vista (a)	187.889	21.841	507.392	322.010
Bancos - aplicações financeiras (b)	332.583	288.555	332.583	288.555
	520.504	310.419	840.010	610.591

(a) Depósitos à vista em grande parte mantidos no exterior em conta corrente remunerada em instituições financeiras de primeira linha com taxas que variam entre 0,5% e 1,55% ao ano. (b) Estas são aplicações financeiras de liquidez diária alocadas em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") de instituições financeiras de primeira linha com o rendimento que acompanha a taxa interbancária Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5.2. Aplicações financeiras - ativo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fundo Caixa F (a)	-	70.833	-	70.833
CDB CEF (b)	-	89.788	-	89.788
Banco do Brasil Paris (c)	-	-	59.482	57.181
	-	160.621	59.482	217.801

(a) Aplicação em renda fixa junto à Caixa Econômica Federal, com rendimento bruto de acordo com a variação do CDI. Esses recursos estavam atrelados como reciprocidade de aplicação financeira à Emissão de Debêntures no FI-FGTS, transferidos ao circulante em virtude do pagamento antecipado desta Debênture por liberalidade da companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.4; (b) Aplicação CDB junto à Caixa Econômica Federal, com rendimento bruto de acordo com a variação do CDI. Esses recursos estavam atrelados como reciprocidade de aplicação financeira à Emissão de NCE, transferidos ao circulante em virtude do pagamento antecipado desta Debênture por liberalidade da companhia, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.2 (i) e (v); (c) Disponibilização em conta corrente junto ao Banco do Brasil Paris. Esses recursos estão atrelados como reciprocidade à operação de Term Loan, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.2 (vii).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Mercado nacional	112.954	206.677	112.954	206.677
Mercado externo	335.773	1.031.721	396.315	444.339
	448.727	1.238.398	509.269	651.016

O saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	332.948	1.191.069	448.255	559.363
Vencido entre 1 a 30 dias	79.102	39.492	37.153	79.683
Vencido entre 31 e 60 dias	33.773	6.441	2.657	8.732
Vencido entre 61 e 90 dias	421	176	1.201	1.506
Acima de 90 dias	2.483	1.220	20.003	1.732
	448.727	1.238.398	509.269	651.016

A Companhia possui garantias firmes e instrumentos financeiros de proteção ao crédito para mitigação de eventuais riscos de inadimplência de seus clientes em mercados de maior risco, além disso através das suas políticas e comitê de crédito analisa e monitora constantemente todos os limites de créditos concedidos e realiza cobrança ativa de valores pendentes e/ou vencidos em todos os mercados em que atua. As contas a receber apresentam a necessidade de constituição de perda de crédito esperada principalmente para os clientes em cobrança ou recuperação judicial, com baixa probabilidade de recuperação dos créditos. **Constituição de perda de crédito esperada:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(5.700)	-	(6.026)	-
(Constituições)/reversões	152	(5.700)	152	(6.027)
Variação cambial	-	-	(14)	1
Saldo final	(5.548)	(5.700)	(5.888)	(6.026)

7. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e transações que influenciaram nas contas de resultado decorrem de operações em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes e estão a seguir apresentados:

Ativos e passivos:

	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldos com empresas controladas					
Cellulose Eldorado Austria GmbH	Venda de celulose	100.325	781.611	-	-
Cellulose Eldorado Austria GmbH	PPE (ii)	(123.134)	(203.106)	-	-
Cellulose Eldorado Austria GmbH	Repasso de custos	(73)	-	-	-
Eldorado EUA Inc.	Venda de celulose	206.044	218.219	-	-
Eldorado EUA Inc.	Repasso de custos	(3.365)	-	-	-
Eldorado Intl. Finance GmbH	Repasso de custos	-	3.259	-	-
Eldorado Intl. Finance GmbH	PPE (iii)	(1.424.007)	(1.331.446)	-	-
Rishis Empreendimentos e Participações	Prestação de serviço	(24.240)	(20.100)	-	-
Total líquido a pagar com empresas controladas		(1.268.450)	(551.563)	-	-
Saldos com acionistas controladores					
J&F Investimentos	Repasso de custos	-	9	-	9
J&F					


 ↳ **continuação**
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Em 31 de Dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)
10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Compra de madeira (i)	176.970	97.152	176.970	97.152
Outros	12.451	12.364	14.638	12.423
	189.421	109.516	191.608	109.575
Desmembramento	63.224	12.364	65.411	12.423
Ativo circulante	126.197	97.152	126.197	97.152
Ativo não circulante	189.421	109.516	191.608	109.575

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados aos fornecedores de madeira, em conformidade com contratos de compra para entrega futura, cuja exigibilidade ocorrerá quando do recebimento físico da madeira. Especialistas da Companhia avaliam e acompanham o desenvolvimento das florestas, visando a mitigar riscos associados ao cumprimento do contrato.

11. ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos da Companhia estão representados por florestas de eucalipto em formação, destinadas ao fornecimento de madeira para produção de celulose, 98,6% em áreas localizadas no estado de Mato Grosso do Sul e o restante no estado do Mato Grosso. Os saldos contábeis no início e no final do exercício são compostos por:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
No início do exercício	2.668.744	2.499.996
Movimentação do valor justo de ativo biológico		
líquido das despesas de venda	(81.663)	276.420
Corte da floresta para estoque	(162.042)	(395.212)
Custo aplicado na formação	320.107	287.540
	2.745.146	2.668.744

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía uma área produtiva de 229.729 hectares (229.592 hectares em 31 de dezembro de 2018), desconsiderando, entre outras, as áreas de preservação permanente e de reserva legal, visando ao atendimento à legislação ambiental vigente. De acordo com a hierarquia estabelecida no CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) "Medidas ao valor justo", o cálculo dos ativos biológicos é classificado no nível 3, devido à sua estrutura de complexidade e de cálculo. A Companhia, para reconhecer seus ativos biológicos a valor justo, utilizou o modelo de Fluxo de Caixa Descontado (DCF - Discounted Cash Flow). Em linhas gerais, a metodologia pode ser sintetizada pela projeção de crescimento da floresta e subsequente exaustão da mesma, com idade de corte entre 6 e 8 anos, considerando-se restrições operacionais e de demanda anual. O volume de produção de árvores a ser cortada foi estimado considerando a produtividade média em metros cúbicos de madeira de cada plantação por hectare na época da colheita. Esse crescimento é representado pelo Incremento Médio Anual (IMA) expresso em metros cúbicos por hectare/ano. Os custos de manuseio das culturas contemplam gastos com a adubação, controle de plantas daninhas, combate a formigas e outras pragas, manutenção de estradas e acoiros, e outros serviços necessários à manutenção das florestas plantadas. A Companhia reavalia semestralmente o valor do seu ativo biológico, por entender que esse procedimento é suficiente para demonstrar a evolução do valor justo das florestas e aderir as melhores práticas de mercado e análise, haja vista que os demais *players* do setor seguem esta periodicidade de atualização. Para determinação do preço da madeira no mercado local foi adotada a paridade com a estimativa do CEPEA base Sorocaba, ajustado para refletir o preço da "madeira em pé", o qual é impactado pelo raio de distância entre a fazenda e a unidade produtiva. O histórico do custo unitário por metro cúbico de madeira ao final de cada período pode ser observado na tabela abaixo:

Período	1T18	2T18	3T18	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
R\$/m³	51,00	51,00	54,00	54,00	54,00	52,85	50,36	50,36

Os principais pontos considerados na estimativa do valor justo dos ativos biológicos foram:

	31/12/2019	31/12/2018
Área produtiva atual (hectare)	229.729	229.592
Incremento médio anual (IMA) - m³/hectare	34,80	38,11
Taxa de desconto (WACC sem índice de preços ao consumidor) - %	5,08	5,94

As mudanças no valor justo dos ativos biológicos foram reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica valor justo do ativo biológico.

12. INVESTIMENTOS

Informações relevantes sobre os investimentos em controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Em controladas:	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo) líquido	
							Cellulose Eldorado Áustria GmbH e Participações S.A.
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	100%	99.529	108.979	91.103	23.729	(41)	
		Saldo em 31/12/2018	Adição (baixa)	Ajuste acumulado de conversão nos estoques	Lucros não realizados de equiva-lência	Resultado em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2019
Cellulose Eldorado Áustria GmbH	(36.961)	-	23.307	299.572	282.226	568.144	
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	91.144	-	-	-	(41)	91.103	
Mais-valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária	12.874	(1.179)	-	-	-	11.695	
Total	67.057	(1.179)	23.307	299.572	282.185	670.942	
Provisão para perdas em controladas							
Total	36.961						

Informações relevantes sobre os investimentos em controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Em controladas:	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido	
							Cellulose Eldorado Áustria GmbH e Participações S.A.
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	100%	93.016	108.979	91.144	22.063	76	
		Saldo em 31/12/2017	Adição (baixa)	Ajuste acumulado de conversão nos estoques	Lucros não realizados de equiva-lência	Resultado em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2018
Cellulose Eldorado Áustria GmbH	(77.971)	-	45.530	(301.325)	296.805	(36.961)	
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	91.068	-	-	-	76	91.144	
Mais-valia pelo direito de uso da concessão de movimentação	14.053	(1.179)	-	-	-	12.874	
Total	27.150	(1.179)	45.530	(301.325)	296.881	67.057	
Provisão para perdas em controladas							
Total	77.971						

Controladas: Cellulose Eldorado Áustria GmbH: Em dezembro de 2012, foram abertas duas unidades estrategicamente localizadas no exterior, denominadas Eldorado USA Inc. (Estados Unidos) e Cellulose Eldorado Áustria GmbH (Áustria), com o objetivo de atender à demanda de contratos de venda firmados no exterior e de prospecção de novas vendas no exterior. Adicionalmente, foi aberto em 2013, um escritório comercial na China (Xangai), em continuidade à expansão da presença da Companhia no mercado externo. A Eldorado Intl Finance GmbH é uma sociedade constituída para a emissão de bônus no mercado internacional, de modo a segregar tal função das demais atividades realizadas pelas controladas da Eldorado. A sociedade foi constituída em fevereiro de 2016, tendo iniciado suas atividades em junho de 2016, com a emissão do bônus. **Rishis Empreendimentos e Participações S.A.:** A Rishis Empreendimentos e Participações S.A. é detentora dos direitos e obrigações pertinentes ao Contrato de Arrendamento nº DP-DC 01/2005 ("Contrato de Arrendamento"), celebrado junto a Companhia Docas do estado de São Paulo - CODESP ("CODESP") em 02 de dezembro de 2005, válido até 04 de novembro de 2029. A Rishis é um operador portuário, certificado pela autoridade portuária (CODESP) desde 05 de março de 2015, arrendatária de uma instalação portuária de uso público especializada na movimentação de celulose para exportação na modalidade "breakbulk". Está situada na poligonal do porto organizado de Santos, na região denominada com Outerinhos. A área total é de cerca de 10.000 m² com capacidade para estocagem estática de 32.000 toneladas, movimentadas por três pontões rolantes com spreaders telescópicos de última geração e empilhadeiras com clamps. A Rishis possui controles e processos certificados pelas normas ISO9001, ISO14001 e OHSAS18001, cujas certificações são aferidas e emitidas pela empresa BRTVU. As instalações, acesso e atividades operacionais são regidos pela legislação aduaneira da Receita Federal do Brasil, cuja permissão para operação foi publicada no DOU (vide "Ato Declaratório Executivo nº 30" em 20 de maio de 2013), válido até 05 de novembro de 2029. A Administração da Companhia busca, com essa transação, aumento da eficiência operacional logística, adicionando competitividade na exportação de celulose. **Mais-valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária:** A Companhia mantém registrado, em 31 de dezembro de 2019, mais-valia pelo direito de uso de área na zona portuária objeto de contrato de arrendamento que está sendo amortizado pelo tempo de direito de uso, válido até 05 de novembro de 2029.

13. IMOBILIZADO

	Controladora - 31/12/2019			
	Taxas ponderadas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terra nua e terrenos	-	103.224	-	103.224
Prédios e edificações	3,58%	1.153.278	(239.224)	914.054
Benefitorias em propriedade de terceiros	10,00%	3.111	(1.880)	1.231
Instalações e benfeitorias	5,47%	289.694	(76.209)	213.485
Móveis e utensílios	9,40%	9.965	(5.032)	4.933
Veículos	20,59%	160.890	(110.981)	49.909
Instrumento técnico-científico	11,55%	6.960	(4.373)	2.587
Equipamentos de informática	19,78%	67.757	(59.694)	8.063
Máquinas e equipamentos	6,47%	3.747.017	(1.051.709)	2.695.308
Embarcações	20,00%	7	(2)	5
Matrizes de eucalipto	20,00%	107	(63)	44
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	-	472.256	-	472.256
		6.014.266	(1.549.167)	4.465.099
		Controladora - 31/12/2018		
Taxas ponderadas anuais de depreciação		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terra nua e terrenos	-	103.211	-	103.211
Prédios e edificações	3,68%	1.150.808	(199.369)	951.439
Benefitorias em propriedade de terceiros	10,00%	3.111	(1.569)	1.542
Instalações e benfeitorias	5,34%	288.410	(63.368)	225.042
Móveis e utensílios	9,23%	8.806	(4.145)	4.661
Veículos	21,39%	130.842	(101.415)	29.427
Instrumento técnico-científico	10,87%	6.383	(3.827)	2.556
Equipamentos de informática	19,87%	63.768	(58.531)	5.237
Máquinas e equipamentos	6,39%	3.646.622	(901.403)	2.745.219
Embarcações	20,00%	7	-	7
Matrizes de eucalipto	20,00%	79	(45)	34
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	-	237.683	-	237.683
		6.039.730	(1.333.672)	4.706.058

	Consolidado - 31/12/2019			
	Taxas ponderadas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terra nua e terrenos	-	103.211	-	103.211
Prédios e edificações	3,68%	1.150.808	(199.369)	951.439
Benefitorias em propriedade de terceiros	10,00%	3.111	(1.569)	1.542
Instalações e benfeitorias	5,34%	288.410	(63.368)	225.042
Móveis e utensílios	9,23%	8.806	(4.145)	4.661
Veículos	21,39%	130.842	(101.415)	29.427
Instrumento técnico-científico	10,87%	6.383	(3.827)	2.556
Equipamentos de informática	19,87%	63.768	(58.531)	5.237
Máquinas e equipamentos	6,39%	3.646.622	(901.403)	2.745.219
Embarcações	20,00%	7	-	7
Matrizes de eucalipto	20,00%	79	(45)	34
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	-	237.683	-	237.683
		6.039.730	(1.333.672)	4.706.058

	Consolidado - 31/12/2019			
	Taxas ponderadas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terra nua e terrenos	-	103.224	-	103.224
Prédios e edificações	3,58%	1.153.278	(239.224)	914.054
Benefitorias em propriedade de terceiros	7,48%	3.367	(1.945)	1.422
Instalações e benfeitorias	5,67%	289.746	(76.239)	213.507
Móveis e utensílios	9,44%	10.492	(5.355)	5.137
Veículos	20,59%	161.029	(111.120)	49.909
Instrumento técnico-científico	11,56%	6.974	(4.387)	2.587
Equipamentos de informática	19,81%	69.408	(60.852)	8.556
Máquinas e equipamentos	6,49%	3.749.498	(1.052.482)	2.697.016
Embarcações	20,00%	7	(2)	5
Matrizes de eucalipto	20,00%	107	(63)	44
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	-	481.297	-	481.297
		6.028.427	(1.551.669)	4.476.758
		Consolidado - 31/12/2018		
Taxas ponderadas anuais de depreciação		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terra nua e terrenos	-	103.211	-	103.211
Prédios e edificações	3,68%	1.150.808	(199.369)	951.439
Benefitorias em propriedade de terceiros	10,00%	3.111	(1.569)	1.542
Instalações e benfeitorias	5,34%	288.769	(63.701)	225.068
Móveis e utensílios	9,29%	9.316	(4.396)	4.920
Veículos	21,39%	130.976	(101.549)	29.427
Instrumento técnico-científico	10,93%	6.383	(3.827)	2.556
Equipamentos de informática	19,89%	64.964	(59.485)	5.479
Máquinas e equipamentos	6,40%	3.650.252	(903.084)	2.747.168
Embarcações	20,00%	7	-	7
Matrizes de eucalipto	20,00%	79	(45)	34
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	-	243.737	-	243.737
		5.660.784	(1.345.986)	4.314.798

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora:	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transfe-rências	Depre-ciação	Saldo em 31/12/2019
Movimentação						
Terra nua e terrenos	103.211	-	-	13	-	103.224
Prédios e edificações	951.439	41	-	2.429	(39.855)	914.054
Benefitorias em propriedade de terceiros	1.542	-	-	-	(311)	1.231
Instalações e benfeitorias	225.042	29	-	1.255	(12.841)	213.485
Móveis e utensílios	4.661	504	-	655	(887)	4.933
Veículos	29.427	39.902	(2.382)	1.563	(18.601)	49.909
Instrumento técnico-científico	2.556	239	-	338	(546)	2.587
Equipamentos de informática	5.237	726	(49)	4.839	(2.690)	8.063
Máquinas e equipamentos	2.745.219	17.097	(537)	89.506	(155.977)	2.695.308
Embarcações	7	-	-	-	(2)	5
Matrizes de eucalipto	34	28	-	-	(18)	44
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	237.683	335.315	-	(100.742)	-	472.256
	4.306.058	393.881	(2.968)	(144)	(231.728)	4.465.099
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transfe-rências	Depre-ciação	Saldo em 31/12/2018
Terra nua e terrenos	103.211	-	-	13	-	103.211
Prédios e edificações	969.440	-	-	21.395	(39.396)	951.439
Benefitorias em propriedade de terceiros	8.761	-	(4.449)	(1.538)	(1.232)	1.542
Instalações e benfeitorias	223.579	-	-	13.684	(12.221)	225.042
Móveis e utensílios	5.508	186	(1)	68	(1.100)	4.661
Veículos	52.685	3.588	(27)	115	(26.934)	29.427
Instrumento técnico-científico	2.760	183	-	113	(500)	2.556
Equipamentos de informática	8.1					



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

factuário ocorrido em 27 de novembro de 2019; (v) Contratos de Notas de Crédito à Exportação (NCE), denominadas em Reais; (vi) Empréstimos denominados em Dólar para financiamento da compra de locomotivas com a Caterpillar Financial Services; (vii) Em maio de 2016, a Cellulose Eldorado Austria GmbH, subsidiária integral da Companhia, celebrou contrato de financiamento (Term Loan) com o Banco do Brasil AG, Succursale France visando alongar o prazo médio de seus financiamentos; (viii) Em junho de 2016, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral Eldorado Intl. Finance GmbH, emitiu títulos de dívida no exterior (Senior Unsecured Bonds/Notes) no montante de USD 350.000 mil; (ix) Financiamento concedido pelo BNDES para fomento do plantio de eucaliptos da Companhia; (x) Financiamento de máquinas e equipamentos através de leasing denominado em reais; (xi) Em maio de 2019, a Companhia captou Cédulas de Crédito Bancário à taxa pré-fixada; (xii) Em agosto de 2019, a Companhia celebrou um contrato de pré-pagamento à exportação com vigência de três anos e taxa de juros de Libor + spread. **17.3. Restrições contratuais e covenants:** A Companhia possui contratos de financiamentos que contam com determinadas obrigações de cumprimento de índices financeiros (*covenants*). Os contratos que contém obrigações desta natureza são: (i) as cartas de fiança bancária emitidas por Banco do Brasil e Santander para garantia do financiamento contratado pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; (ii) o *Facility and Arrangement Agreement* ("Term Loan"), celebrado com Banco do Brasil na França; (iii) o contrato de pré-pagamento à exportação celebrado em agosto de 2019; (iv) títulos de dívida no exterior (*Senior Unsecured Bonds/Notes*) emitidos por Eldorado Intl. Finance GmbH, subsidiária integral da Companhia; (v) algumas notas de crédito à exportação celebradas ao longo de 2019; e (vi) cédulas de crédito bancário, também celebradas ao longo de 2019. É importante notar que Eldorado vem trabalhando arduamente a fim de melhorar seus principais indicadores, inclusive o índice total de endividamento. Após o mercado de celulose ter atingido níveis de alta históricos de preço na primeira metade de 2018, devido à forte demanda vinda principalmente da China, incertezas no cenário macroeconômico deram início a um ciclo de queda da atividade econômica mundial, cujos efeitos sobre o mercado de celulose se estenderam por 2019. Nesse cenário, China e Europa, as duas maiores regiões consumidoras de celulose de mercado, viram sua atividade industrial contrair, afetando sua produção de papel e embalagens e, consequentemente, a demanda total de celulose. A queda da demanda junto a uma elevada oferta de celulose, uma vez que em 2019 não houve restrições de produção como as que vinham limitando a oferta nos últimos anos, levaram ao desequilíbrio do balanço de oferta e demanda, com estoques mundiais atingindo níveis de alta históricos. Esse desbalanço levou à queda dos preços de celulose BEKP a partir do 4º trimestre de 2018, atingindo o mínimo desse ciclo de queda apenas no 4º trimestre de 2019, com a recuperação da demanda chinesa. As perspectivas para o mercado de celulose nos próximos anos são positivas dado a expectativa de retomada de crescimento do PIB global e do fortalecimento dos fundamentos da indústria entre 2020 e 2022, com o balanço entre oferta e demanda mais favorável aos produtores de celulose. A Eldorado continua focada em otimizar sua eficiência operacional, assim como melhorar a gestão de seu fluxo de caixa e investimento a fim de convergir para os limites de *covenants* contratuais. Corroborando com o esforço da Companhia de melhorar constantemente seus números, buscando excelência operacional e diminuindo seu endividamento e, por consequência, sua alavancagem, vale destacar que a Eldorado encontra-se adequada a todos os *covenants* demandados pelas entidades supracitadas. São eles: (i) Cartas Fiança - Banco do Brasil: *covenants* financeiros medidos anualmente a partir de 31 de dezembro de 2015:

Índice	Limite
Dívida Líquida/EBITDA	≤ 3,5x
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	≤ 2,75x
Limite de Endividamento *	≤ USD 750 milhões
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida *	≥ 1,15

(ii) Cartas Fiança - Santander: *covenants* financeiros medidos anualmente a partir de 31 de dezembro de 2015:

Índice	Limite
Dívida Líquida/EBITDA	≤ 3,5x
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	≤ 2,75x
Limite de Endividamento *	USD 1,2 bilhão
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida *	≥ 1,15x

(iii) *Facility and Arrangement Agreement* ("Term Loan"): *covenants* financeiros medidos anualmente a partir de 31 de dezembro de 2015:

Índice	Limite
Dívida Líquida/EBITDA	≤ 4,75x

(iv) *Export Pre-Payment* (PPE): *covenants* financeiros medidos anualmente:

Índice	Limite
Dívida Líquida/EBITDA	≤ 3,50x

(v) *Senior Unsecured Notes* (Bond): *covenants* financeiros medidos anualmente:

Índice	Limite
Dívida Líquida/EBITDA	≤ 4,75x

(vi) Notas de Crédito à Exportação (NCE): *covenants* financeiros medidos semestralmente:

Índice	Limite
Dívida Líquida/EBITDA	< 5,5x
Dívida Líquida Curta**/EBITDA	< 4,0x

(vii) Cédula de Crédito Bancário (CCB): *covenants* financeiros medidos semestralmente:

Índice	Limite
Dívida Líquida/EBITDA	< 5,5x
Dívida Líquida Curta**/EBITDA	< 4,0x

Em 2019, a Companhia obteve autorização de Banco Santander e Banco do Brasil para aumentar o "Limite de Endividamento" para US\$ 1,3 bilhão e dispensa de observância do "Índice de Cobertura do Serviço da Dívida". ** Dívida Líquida Curta: dívida líquida subtraída de toda dívida e/ou financiamento que cumulativamente atendam os seguintes critérios: (i) tenham prazo médio superior a 5 (cinco) anos; e (ii) tenham por finalidade exclusivamente o plano de investimentos da construção da Linha 2 (Projeto Vanguarda). A Administração da Companhia considera que estas demonstrações contábeis apresentem de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, e aplicou os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do CPC aplicáveis. **17.4. Garantias dos empréstimos:** Todos os contratos de empréstimos e financiamentos nas modalidades de BNDES, FINEM Florestal e parte das modalidades de ACC, Finame, Capital de Giro e NCE, são garantidos por aval concedido pela controladora J&F Investimentos S.A. Há certas dívidas de longo prazo que também possuem como garantia valores aplicados em aplicações financeiras conforme nota explicativa nº 5.2, além de penhor de florestas e alienação fiduciária de equipamentos.

18. ARRENDAMENTOS A PAGAR

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Provisão com arrendamento mercantil	978.377	982.748
Ajuste ao valor presente	(332.425)	(333.584)
	645.952	649.164
Passivo circulante	144.814	145.579
Passivo não circulante	501.138	503.585
	645.952	649.164

Movimentação da provisão com arrendamento mercantil:

	Novos contratos		Paga-mento	finan-ceiro	encerra-mento	Alter-ações con-tratuais	31/12/2019
Controladora	01/01/2019	01/01/2019					
Direito de uso arrendamento mercantil							
Provisão com arrendamento mercantil	1.111.664	16.505	(151.733)	–	(32.081)	34.022	978.377
Ajuste ao valor presente	(403.309)	(1.624)	–	78.797	–	(6.289)	(332.425)
	708.355	14.881	(151.733)	78.797	(32.081)	27.733	645.952
Consolidado	01/01/2019	01/01/2019					
Direito de uso arrendamento mercantil							
Provisão com arrendamento mercantil	1.117.012	16.505	(152.764)	–	(32.081)	34.048	28.982.748
Ajuste ao valor presente	(404.844)	(1.624)	–	79.165	–	(6.281)	(333.584)
	712.168	14.881	(152.764)	79.165	(32.081)	27.767	28.649.164

O montante de R\$ 61.155 mil de juros da controladora e consolidado são considerados na composição do custo de formação do ativo biológico. Cronograma de pagamento da parcela a provisão com arrendamento mercantil:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
2020	154.047	154.854
2021	140.973	141.764
2022	124.037	124.794
2023	116.949	117.603
2024	115.268	115.922
a partir de 2025	327.103	327.811
(-) AVP	(332.425)	(333.584)
Total	645.952	649.164

Em 18 de dezembro de 2019, a CVM emitiu um ofício circular ("Ofício/Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019") contendo orientações sobre aspectos relevantes do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a serem observados na preparação das demonstrações contábeis das companhias arrendatárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Na adoção inicial, foram considerados os passivos brutos de PIS e COFINS no cálculo de fluxo de caixa descontado. O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

Controladora	31/12/2019	
Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação arrendamento a pagar	978.377	645.952
PIS/COFINS potencial (9,25%) ⁽¹⁾	51.472	33.098

⁽¹⁾ Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas

Consolidado	31/12/2019	
Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação arrendamento a pagar	982.748	649.164
PIS/COFINS potencial (9,25%) ⁽¹⁾	51.840	33.360

⁽¹⁾ Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas. A Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16/CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo IFRS 16/CPC 06 (R2). Tal vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. Muito embora, a Companhia, na sua avaliação quanto a duração de grande parte dos seus contratos de arrendamento, entende que esse impacto não seja material para ser estendida as divulgações apropriadas conforme requerido pela CVM em seu Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019.

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E SOCIAIS

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Salários e encargos sociais	20.362	34.295
Provisões e encargos	88.675	70.720
Obrigações fiscais	32.221	36.878
	141.258	141.893
	155.293	150.662

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDOS

(a) Reconciliação das taxas efetivas de impostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	527.872	1.169.314	547.114	1.174.344
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal de 34%	(179.476)	(397.567)	(186.019)	(399.277)
Reconciliação para despesas efetivas:				
Resultado de investidas contabilizadas com capital próprio, líquido de impostos	197.797	(1.511)	–	–
Despesas não dedutíveis	(4.892)	(4.911)	(4.892)	(4.911)
Subvenção governamental	2.528	65.747	2.528	65.747
Efeito de impostos das subsidiárias no exterior	–	–	197.797	(1.511)
Ajuste IR corrente - 2017	–	(31.108)	–	(34.413)
Ajuste IR diferido - 2015, 2017 e 2018	(949)	–	(949)	–
Efeito IFRS 16 - arrendamento	(348)	–	(348)	–
Reversão prejuízo fiscal 2013/2014	–	15.901	–	15.902
Lucros auferidos subsidiárias no exterior	(1.211)	–	(1.211)	–
Outros	–	15	–	(1)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	13.449	(353.434)	(5.793)	(358.464)
Taxa efetiva	2,55%	(30,23%)	(1,06%)	(30,52%)

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora e Consolidado	31/12/2018	Adições	Deduções	31/12/2019
Prejuízo fiscal (i)	521.750	144.073	–	–	665.823
Hedge - derivativos	4.701	–	(4.701)	–	–
Provisões operacionais	23.213	6.316	–	–	29.529
Ativo biológico	(212.913)	–	–	58.143	(154.770)
Depreciação fiscal x contábil	(299.383)	(190.381)	–	–	(489.764)
Saldo no período	37.368	(39.992)	53.442	50.818	

(i) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um saldo de prejuízo fiscal acumulado que, ajustado para as despesas e receitas não permitidas pela legislação fiscal para fins de cálculo da contribuição social e imposto de renda, totalizava R\$ 1.958.305. Os impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão revertidos à medida que são liquidados ou realizados. Os prejuízos fiscais não expiram, no entanto, a utilização de prejuízos acumulados de anos anteriores está limitada a 30% do lucro tributável anual. A Administração com base em orçamento aprovado, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa da contribuição social sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2019	
	Controladora e Consolidado	
2020	–	–
2021	44.990	–
2022	2.561	–
2023	–	–
2024	207.410	–
2025	173.471	–
A partir de 2026	266.920	–
	695.352	–

21. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, ambiental e cível e, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nessa avaliação, as seguintes provisões foram efetuadas:

	31/12/2018	Adições	Baixas	Atualizações	31/12/2019
Ambiental	274	–	–	46	320
Cíveis	4.582	4.112	(301)	(1.561)	6.832
Trabalhistas	3.447	11.667	(2.386)	248	12.976
Tributária	864	329	(96)	43	1.140
	9.167	16.108	(2.783)	(1.224)	21.268
31/12/2017	256	–	–	18	274
Ambiental	256	–	–	18	274
Cíveis	2.349	4.161	(2.197)	269	4.582
Trabalhistas	9.699	1.203	(7.464)	9	3.447
Tributária	304	812	(255)	3	864
	12.608	6.176	(9.916)	299	9.167

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figurava no polo passivo com processos de natureza ambiental, cível, trabalhista e tributária, dos quais a Companhia provisionou R\$ 21.268 (R\$ 9.167 em 31 de dezembro de 2018), classificados por sua administração e assessores legais com probabilidade de perda provável, acredita-se que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Para os processos classificados como perdas possíveis, no montante de R\$ 703.149 (R\$ 870.843 em 31 de dezembro de 2018) a Companhia entende que nenhuma provisão para perdas é necessária.

	31/12/2019	31/12/2018
Possíveis	3.828	2.914
Ambiental	–	–
Cíveis	541.836	688.766
Trabalhistas	47.969	57.111
Tributária	16.910	27.347
Regulatório	92.606	94.705
	703.149	870.843

A movimentação registrada na contingência trabalhista se deve principalmente ao resultado do trabalho de revisão dos critérios de provisionamento da Companhia. Desse modo, até que os recursos que visam a reforma da decisão sejam julgados, os processos são tratados como passivo contingente, uma vez que são classificados com chance de perda possível. Finalizado o julgamento dos recursos, os processos julgados desfavoravelmente à Companhia são reclassificados com chance de perda provável, com a devida constituição da provisão, atendendo aos requisitos do CPC 25/IAS 37, quanto à constituição da obrigação presente, à necessária saída de recursos para liquidar a obrigação e à mensuração confiável sobre o valor da obrigação. **Natureza das principais contingências: (i) Fibria Celulose S.A.:** Dentre os casos acima, a Companhia é ré em uma disputa de propriedade intelectual com a Fibria Celulose S.A., a qual alega que a Companhia violou certos direitos relacionados à utilização de clones de eucalipto usados em pequena parte das plantações da Companhia. Em 19 de abril de 2013, a Fibria ingressou judicialmente com a Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas. Por tratar-se de mero expediente de produção de provas da Fibria, o laudo favorável às alegações da Fibria foi homologado e o processo extinto. Em 1º de abril de 2016, a Companhia foi citada como ré em "ação de obrigação de fazer" pleiteando o valor de R\$ 100 milhões. Em 05 de maio de 2016, a Eldorado apresentou contestação com preliminar de incompetência e pedido reconvenção com tutela de urgência, alegando em síntese que seguindo os critérios técnicos legais, o exame nas amostras demonstrou que as mudas não se tratavam dos clones da Fibria e que, mesmo se fosse, o uso pela Companhia estaria assegurado pelo que dispõe a Lei de Proteção de Cultivares, sem que houvesse qualquer dano à Fibria. Em 26 de setembro de 2016, foi deferida a medida de urgência requerida pela Fibria, para cessação e abstenção imediata do plantio e propagação de eucaliptos clones de VTO2 pela Companhia em todo o território nacional. Desta medida, houve interposição de Agravo de instrumento que trouxe também sobre a ausência de prevenção do juízo de Três Lagoas para o julgamento da ação ordinária. Houve julgamento do agravo que decidiu pela improcedência. Desta decisão foi interposto recurso especial. Na atual fase do processo, a classificação da probabilidade de perda é possível, sem constituição de provisão. **(ii) Processo Administrativo Sancionador - CVM:** Em 08 de dezembro de 2017, a CVM instaurou o Processo Administrativo Sancionador CVM nº 5388/2017 que tem por objeto apurar a compra de contratos derivativos de dólar em nome da Eldorado Brasil S.A. e de outras empresas integrantes de seu grupo econômico, entre os dias 05 e 17 de maio de 2017 com uso de práticas não equitativas, em suposta infração ao inciso II, alínea "d" da Instrução CVM nº 8/1979. Foi apresentada proposta de termo de compromisso e defesa em maio de 2018. Atualmente o processo aguarda apreciação da defesa que visa afastar a aplicação da pena de multa, estimada em R\$ 84 milhões. Na atual fase do processo, a classificação da probabilidade de perda é possível, sem constituição de provisão.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Capital social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.788.792 composto por 1.525.558.419 ações ordinárias. **22.2. Reserva legal:** Quando da ocorrência, é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, quando incorrido, nos termos do artigo 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **22.3. Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia constituiu reserva de incentivos fiscais de parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais, por meio de créditos outorgados de ICMS, oriundo de pacote de incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Mato Grosso do Sul para aplicação em sua futura expansão industrial. **22.4. Dividendos:** De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o saldo do lucro líquido remanescente após a compensação de prejuízos acumulados, as destinações da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para investimentos é destinado ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% ajustado na forma da lei societária. Os dividendos mínimos obrigatórios estão alocados em reserva especial da Companhia, nos termos do artigo 202, § 5º da Lei nº 6.404/76. **22.5. Reserva para expansão:** Conforme o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia estabelece em seu estatuto social que o saldo remanescente do lucro após a constituição da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e dividendos mínimos obrigatórios seja destinado à constituição da reserva estatutária para expansão. **22.6. Ajustes acumulados de conversão:** Os ajustes acumulados de conversão representam as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das informações contábeis de operações no exterior. **22.7. Resultado por ação:** Básico: O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro atribuível aos acionistas ordinários dividido pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação:



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de Dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado, relacionados principalmente à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, risco de crédito e a riscos de liquidez. **a. Riscos de mercado:** O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (taxas de câmbio, taxas de juros, taxas de inflação, preços de commodities e preços de ações) afetem o resultado da empresa ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo da gestão de risco de mercado é gerenciar e controlar a exposição a risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis a fim de otimizar o retorno. **(i) Riscos de taxas de juros:** Refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a oscilações nas taxas de juros. A Companhia possui ativos e, principalmente, passivos expostos a este risco, como operações atreladas a indexadores como Certificado de Depósito Interbancário (CDI), Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES), e LIBOR (London Interbank Offer Rate), além de eventuais transações com posições prefixadas que poderão ocasionar perdas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado). A Companhia procura mitigar o risco da taxa de juros efetuando a diversificação dos índices contratados e, eventualmente, utilizando a contratação de derivativos. O risco de exposição à taxa de juros da Companhia dá-se sobre os empréstimos e os financiamentos. Segue posição em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018
Financiamentos* para aquisição de ativo imobilizado			
FINAME - Financiamentos			
a empréstimos	Juros médios de 3% a 8% a.a.	7.029	14.072
ACC - Adiantamento Contrato Câmbio	Variação cambial + juros	1.422.847	954.153
BNDES	TJLP + spread	294.146	414.659
BNDES	Taxa Variável BNDES + spread	1.427.911	1.903.920
ECAs - Export Credit Agencies	Variação cambial + juros 2,8% a 5,69% a.a.	-	805.223
	IPCAs + 7,41% a.a.	-	1.215.417
Debêntures (segunda emissão)	CDI + spread	526.404	224.904
NCE	Taxa de 5,74% a.a. em dólares	10.432	20.057
Capital de Giro	TJLP/SELIC + spread	208.571	197.497
FINEM Florestal	CDI + spread	25.642	1.347
Leasing	Pré-fixada - 7,72% a.a.	125.853	-
CCB	LIBOR + spread	1.221.194	-
PPE's intercompanhias	Taxa de juros de 6% a 9,8% a.a. + variação cambial	1.555.756	1.545.290
		(187.921)	-
Caixa e equivalentes de caixa		(332.583)	(449.176)
Aplicações financeiras		6.305.281	6.847.363

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado			
FINAME - Financiamentos			
a empréstimos	Juros médios de 3% a 8% a.a.	7.029	14.072
ACC - Adiantamento Contrato Câmbio	Variação cambial + juros	1.422.847	954.153
BNDES	TJLP + spread	294.146	414.659
BNDES	Taxa Variável BNDES + spread	1.427.911	1.903.920
ECAs - Export Credit Agencies	Variação cambial + juros 2,8% a 5,69% a.a.	-	805.223
	IPCAs + 7,41% a.a.	-	1.215.417
Debêntures (segunda emissão)	CDI + spread	526.404	224.904
NCE	Taxa de 5,74% a.a. em dólares	10.432	20.057
Capital de Giro	LIBOR + spread	134.506	215.511
Term Loan	Taxa de 8,625% a.a.	1.407.949	1.348.015
Bond	TJLP/SELIC + spread	208.571	197.497
FINEM Florestal	CDI + spread	25.642	1.347
Leasing	Pré-fixada - 7,72% a.a.	125.853	-
CCB	LIBOR + spread	1.221.194	-
PPE		(507.427)	-
Caixa e equivalentes de caixa		(392.065)	(506.357)
Aplicações financeiras		5.912.992	6.808.458

Análise de sensibilidade: Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2019, a seguir estão apresentadas possíveis alterações nas taxas de juros, de 25% e 50%, nas variáveis de risco, em relação às do cenário provável. A Companhia julga que as taxas de juros de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data-base destas informações contábeis, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições:

Controladora:	Saldo (R\$)	Provável	25%	50%
Operacional	(6.305.281)	1.701	(8.611)	(17.221)
Exposição líquida de taxa de juros Consolidado	(5.912.992)	1.601	(4.643)	(9.287)

(ii) Riscos de taxas de câmbio: A Companhia está exposta ao risco cambial na medida em que há uma incompatibilidade entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos são denominados e a respectiva moeda funcional da Companhia. As principais exposições às quais a Companhia está sujeita, no tocante as variações cambiais, referem-se à flutuação do Dólar norte-americano e do Euro em relação ao Real. Em 31 de dezembro de 2019, a cotação do Dólar norte-americano e do Euro foram, respectivamente, de R\$ 4,0307 e R\$ 4,5305. Em 31 de dezembro de 2019, o risco de variação cambial está concentrado nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Clientes, Fornecedores e Empréstimos e financiamentos. A Companhia, a fim de prevenir-se do risco da volatilidade da variação das taxas de câmbio, procura balancear seus ativos e seus passivos em moeda estrangeira. Eventualmente contrata instrumentos financeiros derivativos a fim de extinguir qualquer diferença residual. A seguir, são apresentados os ativos e os passivos da Companhia, expostos aos riscos de variação cambial, expressos em milhares de reais:

Operacional	USD		R\$	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	46.020	4.104	185.492	15.902
e aplicações financeiras	83.304	267.105	335.773	1.034.979
Clientes e outros ativos	(149)	(148)	(603)	(573)
Fornecedores	(385.977)	(398.805)	(1.555.756)	(1.545.290)
Débitos com empresas ligadas	(1.012.823)	(950.592)	(4.082.384)	(3.683.353)
Empréstimos e financiamentos	(1.269.625)	(1.078.336)	(5.117.478)	(4.178.335)
Exposição líquida	(1.269.625)	(1.078.336)	(5.117.478)	(4.178.335)
Derivativos	-	1.100.000	-	4.262.280
Exposição líquida	(1.269.625)	21.664	(5.117.478)	83.945

O risco cambial pode resultar em perdas para a Companhia devido a uma possível desvalorização do Real, moeda de divulgação de balanço e resultados da Companhia. **Análise de sensibilidade:** Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2019, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data-base destas informações contábeis e consolidadas, representam um cenário provável e que os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições ativas e passivas:

Controladora:	Saldo (USD)	Saldo (R\$)	Provável	25%	50%
Operacional	(1.269.625)	(5.117.478)	(62.593)	(1.279.369)	(2.558.739)

(iii) Risco de preço: A Companhia está exposta à volatilidade dos preços da madeira somente para os novos contratos não fechados, cuja variação resulta de fatores fora do controle da mesma, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas silviculturais e outros. Com o objetivo de garantir matéria-prima para operacionalização de sua fábrica, a Companhia vem efetuando compras de madeira para entrega futura, com pagamentos parciais antecipados, não ficando exposta à volatilidade de preços para os contratos já firmados.

Controladora e Consolidado

	31/12/2019	31/12/2018
Valor estimado de contratos firmes	2.194.352	968.675
Adiantamentos/pagamentos efetuados	(798.371)	(534.716)
	1.395.981	433.959

Os riscos de não recebimento da madeira são mitigados pelo constante acompanhamento do desenvolvimento das florestas pelos seus especialistas. **B. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de que a Companhia incorra em perdas resultantes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, pela falta destes em cumprir com suas obrigações contratuais. Basicamente é o risco proveniente da inadimplência das contas a receber de clientes. O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado com base em regras específicas para a aceitação de clientes e estabelecimento dos seus respectivos limites de créditos, consistentemente realizado através de análises de créditos periodicamente revisadas, discussões em colegiado junto ao comitê de crédito e apresentação de garantias pelos clientes. A Companhia trabalha para garantir a realização dos créditos em atraso através da monitoração frequente dos clientes inadimplentes e também o uso de carta de crédito e outros instrumentos financeiros que garantem os respectivos recebíveis. Os depósitos bancários e as aplicações financeiras são contratadas com instituições financeiras de primeira linha, portanto o risco de haver alguma perda com estas instituições financeiras é mínimo. **Exposição ao risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	520.504	310.419	840.010	610.591
Aplicações financeiras	-	160.621	59.482	217.802
Contas a receber de clientes	448.727	1.238.398	509.328	651.016
	969.231	1.709.438	1.408.820	1.479.409

c. Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidades pela entrega de dinheiro ou outros ativos financeiros. A dívida de longo prazo da Companhia é na modalidade: BNDES, têm prazo médio de vencimento de 1,3 anos, e também das dívidas tomadas por suas subsidiárias, Term Loan com prazo médio de vencimento de 1 ano e Bond com prazo médio de vencimento de 1,4 anos. O financiamento do capital de giro é feito através de contratação de linhas de crédito ACCs, NCEs e Pré-pagamentos. O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros líquidos da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos e não incluem as saídas de caixa esperada estimada de juros:

Controladora	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	250.038	2.094	523	-
Empréstimos e financiamentos	2.161.677	1.406.901	1.485.264	216.187
Empréstimos e financiamentos partes relacionadas	101.200	1.453.365	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(520.504)	-	-	(520.504)
Total	1.992.411	2.862.360	1.485.787	216.187
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	226.085	2.094	2.093	349
Empréstimos e financiamentos	2.131.478	943.227	936.893	1.739.651
Empréstimos e financiamentos partes relacionadas	118.447	79.029	1.365.083	-
Derivativos a pagar	13.829	-	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(310.419)	-	-	(810.419)
Total	2.179.420	1.024.350	2.304.069	1.740.000

Consolidado	Menos de 1 ano	01 a 02 anos	02 a 03 anos	Após 3 anos	Valor justo
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores	248.962	2.094	523	-	251.579
Empréstimos e financiamentos	2.251.215	2.859.818	1.485.264	289.175	6.885.472
Empréstimos e financiamentos partes relacionadas	3.986	-	-	-	3.986
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(840.010)	-	-	-	(840.010)
Total	1.664.153	2.861.912	1.485.787	289.175	6.301.027
Em 31 de dezembro de 2018					
Fornecedores	227.526	2.094	2.093	349	232.062
Empréstimos e financiamentos	2.218.319	1.028.609	2.328.236	1.812.808	7.387.972
Empréstimos e financiamentos partes relacionadas	28.007	-	-	-	28.007
Derivativos a pagar	13.829	-	-	-	13.829
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(610.591)	-	-	-	(610.591)
Total	1.877.090	1.030.703	2.330.329	1.813.157	7.051.279

d. Riscos operacionais: (i) Ativo biológico: A Companhia reavalia semestralmente o valor do seu ativo biológico, por entender que esse procedimento é suficiente para demonstrar a evolução do valor justo das florestas e aderir às melhores práticas de mercado e análise, haja vista que os demais players do setor seguem esta periodicidade de atualização. Para determinação do preço da madeira no mercado local foi adotada a paridade com a estimativa do CEPEA base Sorocaba, ajustado para refletir o preço da "madeira em pé", o qual é impactado pelo raio de distância entre a fazenda e a unidade produtiva. O histórico do custo unitário por metro cúbico de madeira ao final de cada período pode ser observado na tabela abaixo:

Período	1T18	2T18	3T18	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
R\$/m³	51,00	51,00	51,00	54,00	54,00	52,85	50,36	50,36

A variação no valor justo é determinada pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado. As mudanças no valor justo dos ativos biológicos foram reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica valor justo do ativo biológico. As florestas que compõem o ativo biológico estão sujeitas a riscos operacionais e ambientais, como incêndios, pragas, doenças e variações climáticas. Na Companhia, a proteção florestal contra incêndios, pragas e doenças baseia-se em uma estratégia de prevenção, monitoramento e controle. Anualmente é realizada a manutenção dos aceiros, que são uma faixa livre de vegetação onde o solo fica descoberto, provocando a descontinuidade de material vegetal combustível e, assim, evitando que queimadas e incêndios se propaguem. Ainda, é feito o monitoramento constante através de um sistema de câmeras estrategicamente posicionadas nas florestas, com utilização de sistemas de alarmes e acionamento de brigadas de incêndio treinadas para combater os focos nas áreas florestais. Nos casos de ocorrência de pragas e doenças, a Gerência de Pesquisa e Tecnologia Florestal atua através de especialistas em fisiologia e fitossanidade que adotam procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas de produção florestal. Adicionalmente, há uma exposição a riscos relacionados às alterações climáticas, que podem afetar o equilíbrio dos ecossistemas e consequentemente a produtividade dos plantios. A Companhia adota medidas de controle e monitoramento da produtividade florestal, como acompanhamento do manejo, além de nutrição e melhoramento genético, que contempla a adaptação de espécies em diferentes condições climáticas. Aumentamos o número de clones plantados em escala operacional, a fim de mitigar riscos inerentes às mudanças climáticas. Com o aumento da variabilidade genética, podemos afirmar que temos atualmente florestas mais preparadas para se adaptar às oscilações do clima. Continuamente, melhoramos o nosso plano de manejo florestal, que contém as principais diretrizes e informações sobre nossas operações silviculturais, colheita, transporte de madeira, áreas de conservação da vegetação nativa e iniciativas de responsabilidade social e ambiental. Além disso, somos guardiões de aproximadamente 100 mil hectares de áreas preservadas, incluindo áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal e outras áreas de conservação. As iniciativas sustentáveis e inovadoras aliadas a uma gestão responsável garantem o uso equilibrado dos recursos naturais, essenciais para a continuidade de nossos negócios. Nossas operações florestais são certificadas pelo *Forest Stewardship Council*, ou FSC, uma organização independente internacional não governamental e sem fins lucrativos. O FSC estabelece dez princípios e vários critérios para descrever os elementos ou regras essenciais do manejo florestal ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável, todos os quais devem ser aplicados em uma unidade de manejo florestal antes que ele possa receber a certificação FSC. Os certificados FSC são válidos por cinco anos, mas os organismos de certificação credenciados pelo FSC realizam auditorias anuais para verificar o cumprimento contínuo dos requisitos de certificação FSC. **(ii) Direito de uso da concessão de movimentação portuária:** As operações na Rishis estão sujeitas a riscos operacionais e ambientais, como incêndios, perda da concessão, não aderência ao plano de segurança internacional (*ISPS Code*) e ao protocolo ambiental e caso fortuito ou de força maior. Neste cenário, a Rishis possui aplicáveis de seguros que contemplam coberturas para os riscos operacionais (*Property*) e de responsabilidade civil (*Directors and Officers* e Responsabilidade Civil) além da fiscalização permanente das autoridades intervenientes como: Companhia Docas - CODESP (autoridade portuária), Agência Reguladora Federal "ANTAQ", Agência Ambiental Estadual "CETESB", Comissão de Segurança *ISPS Code*, Prefeitura Municipal de Santos (alvará de funcionamento) e Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo (AVCB), sempre atendendo as condicionantes e os requisitos legais vigentes. • **"Plano de Auxílio Mútuo do Porto de Santos (PAM)":** Em consonância ao PAM do Porto de Santos e em linha com as políticas corporativas da Companhia, a Rishis elaborou o "Plano de Atendimento à Emergência" do Terminal, participa ativamente do PAM do Porto de Santos orientado pelas "Normas Regulamentadoras aplicáveis (NR23, NR29) e Instruções técnicas do Corpo de Bombeiros". Conta com corpo técnico devidamente qualificado (técnico de segurança do trabalho, técnico em enfermagem do trabalho e profissional de sistema de gestão integrado), além de capacitação permanente de seus colaboradores na formação e manutenção da brigada de incêndio e emergência e CPATP. • **ISPS Code:** A Rishis através da sua declaração de cumprimento expedida pela CONPORTOS demonstra o atendimento ao Plano de Segurança Pública Portuária (PSP) em consonância com os requisitos nacionais e internacionais (IMJ, CONPORTOS, CESPORTOS, PF, IMO). Conta com estrutura orgânica para o controle de acesso de pessoas e veículos, assim como dispositivos e monitoramento eletrônico 24 horas. Todos os registros e imagens são compartilhados em tempo real com a alfândega do Porto de Santos. • **Gestão ambiental:** A Rishis possui implementado um Sistema de Gestão Integrado (Qualidade, Meio Ambiente e Saúde e Segurança do Trabalho) e Sustentabilidade, onde monitora e mitiga seus impactos ambientais e perigos associados através de controles operacionais, atendendo os requisitos legais, normas certificáveis (ISO9001, ISO14001, OHSAS18001), condicionantes de licenças ambientais, cujos fundamentos e melhores práticas adotadas pela empresa estão reconhecidas e ratificadas nos termos da Certificação do Sistema de Gestão Ambiental ISO14001. • **Arrendamento portuário:** O arrendamento em questão é disciplinado pelo mencionado Contrato de Arrendamento DP-DC 01/2005. É o instrumento legal e de domínio público, firmado com a autoridade portuária (Codesp) ratificado pelos órgãos reguladores federais (SEP, ANTAQ) competentes. A Rishis está atenta ao pleno atendimento de todas as cláusulas desse contrato através da pontualidade das obrigações, das regras da boa convivência no porto organizado, com a movimentação de carga comprometida e do desenvolvimento sustentável e social da região (porto-cidade). • **Caso fortuito ou de força maior:** A Companhia possui uma operação logística bem diversificada, onde a Rishis é responsável por 30% do volume total. Para mitigar risco de um caso fortuito ou força maior em Santos a Companhia implementou uma operação de *breakbulk* no porto público em São Francisco do Sul/SC, além de contar com uma operação de embarque de containers nos Portos de Santos/SP, Itajaí/SC, Navegantes/SC, Itapoá/SC e Paranaguá/PR. **e. Valor justo de instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos mensurados pelo valor justo no balanço são classificados com base nos seguintes níveis de hierarquia de valor justo: • **Nível 1 -** Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2 -** Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos, seja indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos; • **Nível 3 -** Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração. Segue o quadro de classificação por nível de risco:

Controladora	31/12/2019			31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	-	-	160.621	-	-
Ativo biológico	-	2.745.146	-	-	-	2.668.744
Total do ativo	-	2.745.146	-	160.621	-	2.668.744
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	-	5.270.029	-	-	5.751.249	-
Débitos com empresas ligadas	-	1.554.565	-	-	1.562.559	-
Derivativos a pagar	-	-	-	-	13.829	-
Total do passivo	-	6.824.594	-	-	7.327.637	-

Consolidado	31/12/2019			31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	59.482	-	-	217.802	-	-
Ativo biológico	-	2.745.146	-	-	-	2.668.744
Total do ativo	59.482	2.745.146	-	217.802	-	2.668.744
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	-	6.812.484	-	-	7.314.815	-
Débitos com empresas ligadas	-	3.986	-	-	28.007	-
Derivativos a pagar	-	-	-	-	13.829	



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Eldorado Brasil Celulose S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Companhia")**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Eldorado Brasil Celulose S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Acordos de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e Investigação Independente:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 32 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em maio de 2017 determinados executivos e executivos do Grupo J&F Investimentos S.A. (J&F) celebraram Acordos de Colaboração Premiada (Colaboração) com a Procuradoria Geral da República (PGR), posteriormente homologados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ainda, em junho de 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência (Acordo) com o MPF e no dia 24 de agosto de 2017 a 5ª Câmara do MPF homologou o Acordo firmado, sendo que no dia 11 de outubro de 2017 o juiz federal titular da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, em audiência de justificação, também homologou judicialmente o Acordo celebrado. Em abril de 2018 foi concluída a investigação interna imposta no Acordo, por meio de profissionais especializados, externos e independentes em relação à Companhia, corroborando em grande parte as irregularidades constantes nos anexos da Colaboração. No quarto trimestre de 2018, a pedido do Ministério Público Federal à Equipe de Investigação, foram iniciados procedimentos complementares à investigação ora finalizada. O escopo complementar, refere-se exclusivamente a fatos narrados no Acordo de Leniência e temas já abordados na referida investigação concluída. Em 25 de março de 2019, esses profissionais concluíram a investigação complementar. Adicionalmente, permanece em aberto as investigações na Controladora J&F. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **ICMS a recuperar:** Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 9 e 33 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve sobre as ações que a Companhia vem priorizando no sentido de maximizar a realização dos créditos de ICMS que estão condicionadas a utilização dos incentivos fiscais concedidos pelo governo do Estado do Mato Grosso do Sul para pagamento de fornecedores a serem contratados no âmbito do projeto de expansão da produção e do incremento das vendas de celulose para o mercado interno. Adicionalmente, esse plano da Administração, requer obtenção de recursos que poderão sofrer impactos em função da resolução final dos conflitos entre os acionistas da Companhia, que será proferida pelo tribunal arbitral, em data ainda indefinida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Reconhecimento de receita:** As receitas da Companhia oriundas de vendas de celulose são reconhecidas quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos ao comprador. Em razão da diversidade e variedade dos termos contratuais, da relevância dos valores e do julgamento envolvido na determinação do momento em que os riscos e benefícios dos produtos vendidos são transferidos para a contraparte, os quais podem impactar o valor reconhecido nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais, foi considerado como assunto significativo para a nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Realização de testes documentais, em base amostral, sobre a existência e a contabilização das receitas no período adequado, avaliando o momento do reconhecimento da receita de vendas pela transferência da propriedade do produto da Companhia ao cliente, considerando a documentação suporte de embarque e entrega dos produtos vendidos; • Análise dos indicadores internos e externos da Companhia, tais como volumes de produtos vendidos e variações nos preços, para identificar tendências não usuais que poderiam indicar erros materiais no reconhecimento da receita; • A avaliação e teste sobre os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação; • Revisão da adequada divulgação realizada nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o reconhecimento de receitas e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Avaliação da recuperação de créditos tributários estaduais e federais (correntes e diferidos):** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 9 e 20 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia possui em seu ativo saldo de impostos a recuperar relativo a ICMS, além do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa recorrentes nos últimos exercícios. Os créditos tributários de ICMS são formados em função de suas operações mercantis, as quais contam com

incentivos fiscais concedidos pela legislação tributária aos exportadores. A realização dos tributos a recuperar tem base em estudo técnico e na projeção de compras e vendas em exercícios futuros, considerando inclusive fatores que não estão totalmente sob o controle da Companhia no que se refere a obtenção de incentivo fiscal no Estado do Mato Grosso do Sul e a dos tributos diferidos nas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia utiliza-se de premissas contábeis e de negócios nos cálculos das projeções acima que incluem, entre outras, premissas quanto a estimativa de compras e vendas, taxas de crescimento nas operações e as margens de lucro esperadas. Devido ao grau de julgamento significativo envolvido para determinar tais projeções e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e no valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação das premissas utilizadas nas estimativas de vendas e projeções dos lucros tributáveis futuros comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado; • Avaliação da consistência das premissas com os planos de negócio aprovados pela Administração; • Envolvimento de nossos especialistas tributários na análise das alternativas apresentadas pela Administração da Companhia para a utilização desses tributos a recuperar em pagamentos futuros de tributos Federais e Estaduais por meio de pedido de restituição e/ou compensação e, para os tributos diferidos, com base em testes, na avaliação da aderência à legislação tributária brasileira, das despesas dedutíveis ou receitas tributáveis que compõem o saldo de diferenças temporárias; • Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas tributários, se a base fiscal utilizada para o cálculo dos tributos diferidos era apropriada tendo como referência a legislação tributária vigente; • Análise sobre a adequação do montante contabilizado por meio de recálculo das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais; • Revisão da adequada divulgação realizada nas demonstrações contábeis. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que, o valor contábil de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados possui recuperação futura e atende aos requisitos descritos no CPC 32/IAS 12, bem como, possui base de recuperação apropriada, os demais valores contábeis de tributos correntes Federais e Estaduais, considerando os aspectos específicos sobre ICMS mencionado a seção "Ênfase". As divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Mensuração valor justo do ativo biológico - florestas de eucalipto:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o ativo biológico é mensurado ao valor justo determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa descontados. A mensuração desse ativo pelo seu valor justo, deduzido dos custos estimados de venda no momento em que atinge o ponto de colheita, envolve um grau significativo de julgamento em sua determinação e está fundamentada em premissas de negócio que incluem, entre outras, ao ciclo médio de formação de florestas por região do plantio, áreas plantadas, condições do ativo e taxas de descontos para cálculo do valor justo do ativo biológico menos custo para vender. Devido à relevância e do julgamento significativo da Administração na determinação das estimativas, na determinação das taxas de desconto utilizadas e no impacto que eventuais mudanças nessas premissas poderiam trazer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Envolvimento dos nossos especialistas para avaliar as premissas adotadas na metodologia de cálculo, nos testes de recálculo das projeções e fluxos de caixa preparados pela Companhia; • Envolvimento de nossos especialistas de agronegócios com o objetivo de avaliar os controles e as premissas utilizadas na formação de florestas de eucalipto, considerando os aspectos de valorização do ativo biológico de acordo com o tempo de plantio; • Comparação, quando disponível, com informações de mercado do segmento, os indicadores de produtividade e os custos estimados de vendas; • Avaliação da integridade das informações utilizadas, assim como a precisão matemática dos cálculos do valor justo do ativo biológico; • Revisão da adequada divulgação realizada nas demonstrações contábeis. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o valor contábil de ativo biológico atende aos requisitos descritos no CPC 29/IAS 41, bem como, as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes:** Os valores correspondentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, que emitimos relatório datado em 25 de março de 2019, que continha modificação sobre a reclassificação de empréstimos e financiamentos, pois a Companhia não havia cumprido com determinadas cláusulas contratuais (*covenants*) de contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras em 31 de dezembro de 2017, e não havia obtido *waiver* das instituições financeiras, assunto ora regularizado. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e

consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2020



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani
Contador-CRC 1 SP 124504/O-9